

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Tadeu Martins Leite – MDB
1ª-Vice-Presidente: deputada Leninha – PT
2º-Vice-Presidente: deputado Duarte Bechir – PSD
3º-Vice-Presidente: deputado Betinho Pinto Coelho – PV
1º-Secretário: deputado Antonio Carlos Arantes – PL
2º-Secretário: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
3º-Secretário: deputado João Vítor Xavier – Cidadania

SUMÁRIO

1 – ATAS

- 1.1 – 34ª Reunião Extraordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 20ª Legislatura
- 1.2 – 66ª Reunião Ordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 20ª Legislatura
- 1.3 – Reunião Ordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 20ª Legislatura
- 1.4 – Comissões

2 – EDITAL DE CONVOCAÇÃO

- 2.1 – Comissão

3 – CORRESPONDÊNCIA DESPACHADA PELO 1º-SECRETÁRIO

4 – ASSEMBLEIA FISCALIZA

5 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA

6 – ERRATAS



ATAS

ATA DA 34ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 4/10/2023

Presidência do Deputado Tadeu Martins Leite e da Deputada Leninha

Sumário: Comparecimento – Abertura – 1ª Parte: Ata – Registro de Presença – 2ª Parte (Ordem do Dia): 2ª Fase: Chamada para recomposição de quórum; existência de número regimental para votação – Discussão e Votação de Proposições: Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 16/2023; aprovação – Questão de Ordem; Homenagem Póstuma – Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.783/2022; não apreciação da proposição – Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.041/2021; aprovação na forma do Substitutivo nº 2; prejudicialidade do Substitutivo nº 1 – Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.000/2022; Questão de Ordem; Suspensão e Reabertura da Reunião; requerimento do deputado Ulysses Gomes; deferimento; discurso da deputada Bella Gonçalves e dos deputados Sargento Rodrigues, Alencar da Silveira Jr. e Lucas Lasmar; Suspensão e Reabertura da Reunião; requerimento do deputado Gustavo Santana; deferimento; votação nominal do Substitutivo nº 2, salvo emendas, subemendas e destaques; aprovação; prejudicialidade do Substitutivo nº 1; votação da Nota XXIV da Tabela 1 do Anexo do Substitutivo nº 2; discursos dos deputados Sargento Rodrigues e Antonio Carlos Arantes; votação nominal da Nota XXIV da Tabela 1 do Anexo do Substitutivo nº 2; aprovação; votação nominal da Emenda nº 5 e das Subemendas nº 1 às Emendas nºs 6 e 9; aprovação; prejudicialidade das Emendas nºs 4, 6, 9, 13 e 15; votação nominal das Emendas nºs 1 a 3, 8, 10 a 12 e 14; rejeição; votação da Emenda nº 7; discursos dos deputados Doutor Jean Freire e João Magalhães; votação nominal da Emenda nº 7; rejeição – Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.591/2022; aprovação na forma do vencido em 1º turno – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 5.293/2018; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 513/2019; apresentação da Emenda nº 1; encerramento da discussão; encaminhamento da emenda com o projeto à Comissão de Meio Ambiente – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.728/2021; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.627/2022; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 – Questão de Ordem – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 53/2023;

apresentação da Emenda nº 1; encerramento da discussão; encaminhamento da emenda com o projeto à Comissão de Segurança Pública – Declarações de Voto – Encerramento.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Tadeu Martins Leite – Leninha – Duarte Bechir – Betinho Pinto Coelho – Antonio Carlos Arantes – Alencar da Silveira Jr. – João Vítor Xavier – Andréia de Jesus – Arnaldo Silva – Beatriz Cerqueira – Bella Gonçalves – Betão – Bim da Ambulância – Bosco – Bruno Engler – Caporezzo – Carlos Henrique – Celinho Sintrocel – Charles Santos – Chiara Biondini – Coronel Henrique – Coronel Sandro – Delegada Sheila – Doorgal Andrada – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Doutor Paulo – Doutor Wilson Batista – Eduardo Azevedo – Elismar Prado – Enes Cândido – Grego da Fundação – Gustavo Santana – Ione Pinheiro – João Junior – João Magalhães – Leandro Genaro – Leleco Pimentel – Lohanna – Lucas Lasmar – Lud Falcão – Macaé Evaristo – Maria Clara Marra – Marli Ribeiro – Marquinho Lemos – Mauro Tramonte – Nayara Rocha – Neilando Pimenta – Noraldino Júnior – Professor Cleiton – Rafael Martins – Raul Belém – Ricardo Campos – Roberto Andrade – Sargento Rodrigues – Thiago Cota – Ulysses Gomes – Vitório Júnior – Zé Guilherme.

Abertura

O presidente (deputado Tadeu Martins Leite) – Às 10h11min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

– O deputado João Vítor Xavier, 3º-secretário, nas funções de 2º-secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Registro de Presença

O presidente – A presidência gostaria de registrar a presença, nas galerias, de alunos do 1º ano do Ensino Médio do Parlamento Jovem da Câmara Municipal de Astolfo Dutra. Sejam bem-vindas e bem-vindos! Esta Casa está muito feliz de recebê-los neste dia, nesta manhã de hoje.

2ª Parte (Ordem do Dia)

2ª Fase

O presidente – Nos termos do edital de convocação, a presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 2ª Fase, com a discussão e votação da matéria constante na pauta, uma vez que não há matéria a ser apreciada na 1ª Fase.

Tendo em vista a importância das matérias constantes na pauta, a presidência solicita ao secretário que proceda à chamada dos deputados para a recomposição de quórum.

O secretário (deputado Antonio Carlos Arantes) – (– Faz a chamada.)

O presidente – Responderam à chamada 44 deputados. Portanto, há quórum para votação.

Discussão e Votação de Proposições

O presidente – Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 16/2023, da Mesa da Assembleia, que concede o título de Cidadão Honorário do Estado a Geraldo José Rodrigues Alckmin Filho. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal. Em votação, o projeto.

– Procede-se à votação por meio eletrônico.

O presidente – Votaram “sim” 34 deputados; votaram “não” 6 deputados, totalizando 40 votos. Está aprovado o projeto. À Comissão de Redação.

– Registraram “sim”:

Alencar da Silveira Jr. (PDT)

Andréia de Jesus (PT)

Arnaldo Silva (UNIÃO)

Beatriz Cerqueira (PT)

Bella Gonçalves (PSOL)

Bim da Ambulância (AVANTE)

Bosco (CIDADANIA)

Celinho Sintrocel (PCdoB)

Doorgal Andrada (PATRIOTA)

Doutor Jean Freire (PT)

Doutor Wilson Batista (PSD)

Duarte Bechir (PSD)

Elismar Prado (PROS)

Enes Cândido (REPUBLICANOS)

Grego da Fundação (PMN)

Ione Pinheiro (UNIÃO)

João Junior (PMN)

João Magalhães (MDB)

Leleco Pimentel (PT)

Leninha (PT)

Lohanna (PV)

Lucas Lasmar (REDE)

Macaé Evaristo (PT)

Maria Clara Marra (PSDB)

Marquinho Lemos (PT)

Nayara Rocha (PP)

Neilando Pimenta (PSB)

Noraldino Júnior (PSB)

Professor Cleiton (PV)

Rafael Martins (PSD)

Roberto Andrade (PATRIOTA)

Ulysses Gomes (PT)

Vitório Júnior (PP)

Zé Guilherme (PP)

– Registraram “não”:

Bruno Engler (PL)

Caporezzo (PL)

Coronel Sandro (PL)

Delegada Sheila (PL)

Eduardo Azevedo (PSC)

Sargento Rodrigues (PL)

Questão de Ordem

O deputado Leleco Pimentel – Presidente, eu havia pedido a palavra ontem, de modo a expressar aos deputados que estiveram na tribuna que eu utilizei uma palavra que não condiz com o que penso e com o respeito que tenho pelos companheiros. Ao dizê-la, disse espontaneamente em relação às crianças que se faziam presentes. De igual modo, eu peço aos deputados que me desculpem. A minha expressão se deu em razão da manifestação dos três, em conjunto, e das crianças, que se faziam presentes no Plenário. Já havia tomado a decisão de pedir desculpas aos colegas deste ontem. Eu pedi a palavra pela ordem, presidente, para solicitar 1 minuto de silêncio pela morte ou pela páscoa do vereador, que teve quatro mandatos no Município de Ipatinga. Ele foi fundador da União Nacional por Moradia Popular e retirou milhares de famílias do aluguel e das áreas de risco em Minas e no Brasil; foi secretário, junto com o Luizinho, na prefeitura de Alfenas. Eu também já pude com ele compartilhar esses anos de luta. Um pai, um amigo, que faleceu agora pela manhã, na cidade de Alfenas – Saulo Manoel da Silveira –, que foi candidato a deputado federal e que teve mandatos importantes junto com o ex-prefeito Chico Ferramenta. Assim, faço aqui esta homenagem e peço ao senhor que conceda 1 minuto de silêncio pela passagem, pela páscoa, de Saulo Manoel da Silveira, um lutador pelos sem-tetos do Brasil e do mundo.

Homenagem Póstuma

O presidente – É regimental. Solicito 1 minuto de silêncio.

– Procede-se à homenagem póstuma.

O presidente – Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.783/2022, do deputado Raul Belém, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Comendador Gomes o imóvel que especifica. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, ao vencido em 1º turno. A presidência, nos termos do inciso XXXVII do art. 82 do Regimento Interno, deixa de submeter o projeto à votação.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.041/2021, do deputado Antonio Carlos Arantes, que institui o Polo de Componentes de Condutores de Energia de Guaxupé. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Desenvolvimento Econômico opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal. Em votação, o Substitutivo nº 2.

– Procede-se à votação por meio eletrônico.

O presidente – Votaram “sim” 47 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o Substitutivo nº 2. Com a aprovação do Substitutivo nº 2, fica prejudicado o Substitutivo nº 1. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 3.041/2021 na forma do Substitutivo nº 2. À Comissão de Desenvolvimento Econômico.

– Registraram “sim”:

Alencar da Silveira Jr. (PDT)

Andréia de Jesus (PT)

Antonio Carlos Arantes (PL)

Arnaldo Silva (UNIÃO)

Beatriz Cerqueira (PT)

Betão (PT)

Betinho Pinto Coelho (PV)

Bim da Ambulância (AVANTE)

Bosco (CIDADANIA)

Bruno Engler (PL)

Carlos Henrique (REPUBLICANOS)

Celinho Sintrocel (PCdoB)

Charles Santos (REPUBLICANOS)

Coronel Henrique (PL)

Delegada Sheila (PL)

Doorgal Andrada (PATRIOTA)

Doutor Jean Freire (PT)

Duarte Bechir (PSD)

Eduardo Azevedo (PSC)

Elismar Prado (PROS)

Enes Cândido (REPUBLICANOS)

Grego da Fundação (PMN)

Ione Pinheiro (UNIÃO)

João Junior (PMN)

João Magalhães (MDB)

Leleco Pimentel (PT)

Leninha (PT)

Lohanna (PV)

Lucas Lasmar (REDE)

Lud Falcão (PODE)

Macaé Evaristo (PT)

Maria Clara Marra (PSDB)

Marli Ribeiro (PSC)

Marquinho Lemos (PT)

Mauro Tramonte (REPUBLICANOS)

Nayara Rocha (PP)

Neilando Pimenta (PSB)

Noraldino Júnior (PSB)

Professor Cleiton (PV)

Rafael Martins (PSD)

Ricardo Campos (PT)

Roberto Andrade (PATRIOTA)

Sargento Rodrigues (PL)

Thiago Cota (PDT)

Ulysses Gomes (PT)

Vitório Júnior (PP)

Zé Guilherme (PP)

O presidente – Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.000/2022, do Tribunal de Justiça, que altera a Lei nº 15.424, de 30/12/2004, que dispõe sobre a fixação, a contagem, a cobrança e o pagamento de emolumentos relativos aos atos praticados pelos serviços notariais e de registro, o recolhimento da Taxa de Fiscalização Judiciária e a compensação dos atos sujeitos à gratuidade estabelecida em lei federal e dá outras providências. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou. A Comissão de Fiscalização Financeira opinou pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresentou. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Fiscalização Financeira, que opina pela sua aprovação na forma do Substitutivo nº 2, que apresentou, com a Emenda nº 5 e com as Subemendas nºs 1, que apresenta, às Emendas nºs 6 e 9; e pela rejeição das Emendas nºs 1 a 4, 7, 8 e 10 a 15. Com a aprovação da Subemenda nº 1 à Emenda nº 9, ficam prejudicadas as Emendas nºs 4, 9 e 13 a 15. Com a aprovação da Subemenda nº 1 à Emenda nº 6, fica prejudicada a Emenda nº 6.

Questão de Ordem

O deputado Sargento Rodrigues – Presidente, eu estou inscrito para encaminhar e também o deputado Coronel Sandro. Peço a V. Exa. que suspenda a reunião por 2 minutos. Nós estamos concluindo ali algumas informações com a Consultoria em relação à matéria.

O presidente – Por meio do pedido de V. Exa. e do líder desta Casa, deputado Ulysses Gomes, a presidência suspende os trabalhos por alguns minutos.

Suspensão da Reunião

O presidente – A presidência vai suspender a reunião por 15 minutos para entendimentos entre as lideranças sobre a apreciação das matérias constantes na pauta. Estão suspensos os nossos trabalhos.

Reabertura da Reunião

O presidente – Estão reabertos os nossos trabalhos. Vem à Mesa requerimento do deputado Ulysses Gomes em que solicita a votação destacada da Emenda nº 7. A presidência defere o requerimento, de conformidade com o inciso XXVII do art. 232 do Regimento Interno. Com a palavra, para encaminhar a votação, a deputada Bella Gonçalves.

A deputada Bella Gonçalves – Obrigada, presidente. Este é um projeto importante porque trata, entre outras coisas, das isenções de taxas cartoriais. Tivemos avanços importantes em relação aos temas, e eu queria falar de mais um avanço que pactuamos

com o líder do governo, deputado João Magalhães: que todos os atos relacionados aos programas de habitação de interesse social sejam isentos das taxas cartoriais. Isso já acontece hoje na política do Minha Casa, Minha Vida e na política do Reurb-S, mas existem políticas do Estado, da Cohab e dos municípios, como o Orçamento Participativo de Habitação, que ainda não conferem essa isenção de taxas cartoriais. Então acho que, com esse texto que foi acordado com o líder do governo e que vai ser aprovado em 2º turno, nós vamos avançar para que as pessoas tenham mais facilidade de acessar a moradia digna. Lembro que há mais de 7 milhões de famílias brasileiras sem moradia. E nós temos agora, retomando programas como o Minha Casa, Minha Vida, anúncios importantes, inclusive de isenção do pagamento de taxas e do pagamento de parcelas dos imóveis para pessoas vinculadas ao BPC e ao Bolsa Família. Eu acho que é o Brasil tornando a moradia um direito e, portanto, gratuito para a população que mais precisa. Não faria sentido a cobrança de taxas cartoriais. Então esse é um avanço importante nesse projeto de lei também.

O presidente – Obrigado, deputada Bella. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Sargento Rodrigues.

O deputado Sargento Rodrigues – Cumprimento o Sr. presidente, os Srs. deputados e as Sras. deputadas. Presidente, na semana passada, nós votamos o Projeto de Lei nº 1.295, de autoria do governador do Estado, que aumentou impostos. Houve uma reação deste Plenário, onde 28 deputados e deputadas disseram “não”. Então 28 deputados e deputadas disseram “não” porque nós não queríamos que o cidadão fosse sacrificado. Nós não queríamos, Sr. Presidente, que o cidadão sofresse mais um encargo novamente aqui, em nosso estado. O governo fez de tudo, arregimentou 31 votos e aprovou mais impostos. Agora, Sr. Presidente, nós estamos diante de um projeto de origem do Poder Judiciário, e quando a gente conversa com algumas pessoas aqui, elas dizem: “Não, não há aumento de taxa. Não, o cidadão não será impactado. Só há reduções aqui de valores de emolumentos”. Isso não é verdade.

Eu estava ali agora, presidente, conversando com três consultores da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária e com outros colegas deputados, Professor Cleiton, e aí nós nos deparamos com pontos que aumentam absurdamente algumas taxas, alguns emolumentos, e criam também uma insegurança jurídica daquelas, assim, de fazer medo em qualquer um. Primeiro item: escritura de cessão de direito possessório. Estão criando escritura de posse; estão fomentando, deputado Arnaldo Silva, as pessoas a invadirem as terras produtivas e depois fazerem uma escritura de posse, dando a roupagem de legalidade e pagando uma taxa. Onde está isso: “Nota XXIV – Na lavratura de escritura de cessão de direitos possessórios, os atos de constatação da posse serão gratuitos...”. E não vão cobrar. O cara vai lá, invade o seu terreno e faz uma lavratura de escritura de cessão de posse.

Olha, quem estudou direito real sabe o que estou falando. O inquilino tem a posse, mas o proprietário tem o direito da posse e a propriedade. No momento em que ele tem um inquilino, não tem a posse, tem a propriedade. Já pensou você, Doutor Wilson, arrendar uma terra, lá na sua região, para um cidadão, que vai lá e registra? “Não, eu só quero colocar 10 cabeças de gado aqui.” Aí ele vai lá e tira a escritura de posse falando que a terra é dele. E pior, ainda vai vender parte dessa terra. Isso aqui é algo inadmissível nesse texto, e a maioria dos colegas deputados e deputadas não prestaram a atenção. Então já imaginou, deputada Marli, lá em Paracatu, o cidadão, o proprietário rural, vai sofrer mais uma vez. Porque isso acontece aqui não é só com o rural, não. Isso acontece em qualquer lugar. Bom, há risco de fomentar invasões, nós vamos acirrar uma guerra, principalmente no campo, e vão entregar agora a escritura de posse. Olha, quando eu estudei direito, não entendi isso, não. Eu não vi isso, não, presidente.

“Nota XVI, Tabela 4, do registro de imóveis: escritura de cessão de direito de posse”. “Averbação de cessão de herança e meação, nota XVII”. O que é averbação de cessão de herança e meação? O pai morreu, a mãe também morreu, e deixaram lá sete filhos. O cidadão vai fazer o registro do imóvel, que fica em R\$1.000,00, mas aí os seis irmãos falam assim: “Não, eu vou abrir mão da minha parte para você”. Mas cada um vai ter que pagar o valor, cada um vai ter que pagar mais R\$1.000,00, mesmo fazendo a cessão gratuita. Está aqui, vejamos: “Averbação de cessão de herança e meação”. Estão criando mais taxa para o cidadão pagar mais caro.

Doutor Wilson, eu tenho três filhos, e aqui a maioria deve ter filhos também. Se eu faleço nesta manhã e tenho um imóvel no valor de R\$1.000.000,00, cujo registro ficaria em R\$3.000,00, R\$5.000,00, e, se os dois irmãos abrirem mão em favor do outro,

cada um deles vai ter que pagar o mesmo valor para poder fazer o registro. É isso o que nós estamos querendo? Os deputados se agigantaram aqui para não votar o imposto de 2% sobre produtos supérfluos, e agora nós vamos jogar essa carga maior para o cidadão mais humilde pagar? Ato de emancipação! Está criando cobrança por emancipação. Atualmente a cobrança seria aleatória.

Olhem essa daqui, olhem a aberração desta: “Ampliação de emolumentos. Alteração do § 9º do art. 10 da Lei nº 15.424/2004. Art. 9º – As certidões expedidas pelo Poder Judiciário que comprovem a titularidade de crédito oriundo de precatórios judiciais” – oriundo de precatório, ou seja, já é uma guerra –, “bem como os contratos de cessão desses créditos, a fim de possibilitar o desbravamento dos respectivos pagamentos pelos tribunais, serão registrados nos escritórios de títulos e documentos do domicílio do credor para surtir efeitos em relação a terceiros”. A cobrança passa a ser variável, podendo sair de R\$297,00 para R\$5.708,00. Isso foi uma consulta rápida, que não levou 15 minutos ali, com a Consultoria.

Nós vamos endossar isso; nós vamos votar isso aqui, Lucas Lasmar. Se este Plenário falou “eu não vou votar”; o governo está jogando pesado; 31 votos para aumentar imposto. E agora nós vamos sobrecarregar os ombros, mais uma vez, em menos de uma semana? Nós votamos isso aqui na quarta-feira da semana passada. Quarta-feira agora nós vamos sobrecarregar o cidadão, o cara que produz, o cara que paga imposto, que tem uma carga tributária altíssima? Eu não acredito – eu não acredito.

O meu voto é “não” – o meu voto é “não”. E eu espero que S. Exas. tenham coragem ou peçam ao presidente para suspender a sessão para fazer um acordo de líderes, porque esse tipo de aumento não era o que as pessoas estavam falando. “Não está aumentando, não, Sargento, só está diminuindo.” Tem sim! Em alguns lugares do texto, tem diminuição mesmo, por causa da concorrência; mas, em outros, está aumentando de forma absurda.

Se alguém quiser vir aqui ocupar a tribuna e se contrapor aos apontamentos que nós fizemos junto com a Consultoria, pode ficar à vontade. Mas eu não vou embarcar mais nessa canoa furada de aumentar taxa. Essa turma já ganha dinheiro demais neste Estado – demais! Salário de R\$500.000,00, de R\$1.000.000,00 para muitos aí que são donos de cartório é coisa normal.

Eu espero que nós tenhamos coerência, eu espero que tenhamos dó do cidadão e que não aproveemos, mais uma vez, esse tanto de taxa, esse aumento de imposto de forma absurda que está no PL 4.000. Obrigado, presidente.

O presidente – Obrigado, deputado Rodrigues. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Alencar da Silveira Jr.

O deputado Alencar da Silveira Jr. – Sr. Presidente, Srs. Deputados, telespectadores da TV Assembleia, que nós criamos 25 anos atrás, quando não existia rede social – vamos lembrar isso –, o deputado Sargento Rodrigues chegou aqui e falou “eu sou contra”. Eu vou subir aqui e falar que eu sou favorável. Sabe por que eu sou favorável? Eu tenho um projeto, aqui nesta Casa, que estava dando desconto para o pessoal que teve o título protestado durante o período da covid, que teve que pagar cartório no tempo da covid. Eu fiquei tentando aprovar esse projeto e não consegui – não teve tempo de colocá-lo pedindo esse desconto. Hoje você chega a um cartório para tirar seu nome do protesto e, se você pagou R\$600,00, R\$500,00 de IPTU da prefeitura, você vai pagar R\$700,00 para o cartório. O preço é absurdo.

Então, Srs. Deputados, nós votaremos aqui também, deputado Sargento Rodrigues, um artigo do projeto que vai dar 30% de desconto em todas as taxas no período que falava o meu projeto, de 20/4/2020 a 17/4/2022. E eu vou fazer melhor: nós vamos pegar aqui agora, deputada Ione, nós não vamos esperar não. Como o pessoal acabou de pagar, demorou, entrou e parou em abril, só nesse período, vamos ver se a gente prorroga isso até todo o ano de 2022, vamos levar até dezembro. Então estou entrando com essa emenda, a emenda da minha emenda. Em vez de ficar até abril esse desconto, vai ficar até 2022. Aí um amigo meu fala assim “Alencar, mas você teve que pagar um tempo”. “Tive”. “E vai ser beneficiado?” Todo mundo vai ser beneficiado, todo mundo que tiver que pagar, todo mundo que não teve condição de pagar, todo mundo que não pagou até agora por causa da covid.

Então vou votar favoravelmente, vou encaminhar favoravelmente neste 1º turno. E, no 2º turno, eu gostaria muito que o relator recebesse essa minha emenda. Em vez de os 30% de desconto ser entre 20/3/2020 a 17/4/2022 – a dificuldade da população

continuou –, nós vamos colocar até 1º/1/2023. Eu tenho certeza de que a Casa vai aprovar e vai votar a emenda, porque nós estamos ajudando quem passou dificuldade no tempo todo da covid. Esse, senhoras e senhores, é um trabalho que a gente faz desde março. Nós tentamos, nós mostramos “olha, os cartórios estão ganhando dinheiro, o povo não está conseguindo pagar, ninguém está conseguindo pagar”. Nesse período, que foi uma dificuldade maior, muita gente deixou para trás, muita gente está devendo, muita gente está com o nome protestado e muita gente vai ter condição da retirada desse nome do cartório. Eu até sugiro o seguinte: a gente aumentar de 30% para 50%. Quem sabe? Nós vamos aumentar mais seis meses, até o dia de 1º, e vamos aumentando para 50%. Seria bom se fosse 100%, mas, como não tem jeito, vamos dar pelo menos 50%, porque 30% também estou achando pouco. Obrigado.

O presidente – Obrigado, deputado Alencar. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Lucas Lasmar.

O deputado Lucas Lasmar – Bom dia a todos aqui presentes. Vou ser breve nas minhas palavras. Já me reuni com o relator Zé Guilherme. Apresentamos, junto com o Recivil – a gente já participou de quase cinco reuniões desde que o projeto está na Casa –, para alterarmos alguns artigos que estão no projeto, que entendemos serem abusivos. Um deles é o § 2º do art. 49-A, que cobra 20% da TFJ sobre o convênio dos Ofícios da Cidadania. Isso é retirar ainda mais a possibilidade financeira dos pequenos cartórios de sobreviverem.

Nós temos que lembrar que agora está para ser firmado um convênio junto com Recivil e o Estado de Minas Gerais para emissão de carteiras de identidade, que é um grande problema no nosso estado. Pessoas ficam de madrugada, nas portas das delegacias, para tirar as carteiras de identidade. Agora, nós desnutrimos os cartórios civis, que estão em quase todos os municípios do Estado, eu acho que é uma forma injusta. Peço que o relator... A gente já fez reunião também com os assessores da comissão, que entendem profundamente do assunto, para que atendam as emendas que foram feitas pelos próprios diretores do Recivil.

Destaco aqui a presença do Alberto, que está representando o Recivil, e peço também que os nossos líderes presentes avaliem, da melhor forma, a emenda que eu apresentei, solicitando a isenção total de ICMS para os hospitais filantrópicos e as Apaes, para que, no momento de fazerem os seus registros, fiquem isentos principalmente os hospitais cuja maioria não tem averbadas as suas construções, não tem quase nenhum tipo de documento das suas ampliações. E a gente sabe a vida que os hospitais estão tendo; estão sem recursos. Então eu peço realmente que a gente possa fazer a correção e a retirada dos artigos que aumentam os impostos para o cidadão e para as empresas e as entidades.

Eu vou fazer um pedido ao Ulysses Gomes e ao Jean, que são o nosso líder e o vice-líder do bloco, para que o Bloco Democracia e Luta se reúna com o Recivil, de forma que ele possa apresentar todas as suas reivindicações e para que a Assembleia não concretize essa penalidade aos pequenos cartórios. Acho injusto – injusto – aumentar ainda mais a arrecadação do Tribunal de Justiça, que já recebe recursos milionários sem qualquer tipo de fiscalização. Nós já temos algumas informações de que os gastos estão sendo feitos de forma irregular. Eu acho importante a Assembleia fazer essa discussão e essa fiscalização. Também pedimos uma audiência pública para o Recivil apresentar a bela gestão que está fazendo do recurso do fundo, que antes era mal gerido e hoje é bem gerido. Ele mostra a sua competência administrativa e a transparência não só com a população, mas também com todos os membros do cartório civil, que fazem o benefício de todos esses recursos. Então, muito obrigado a todos.

Suspensão da Reunião

O presidente – A presidência vai suspender a reunião por 5 minutos para entendimentos entre as lideranças sobre a apreciação das matérias constantes na pauta. Estão suspensos os nossos trabalhos.

Reabertura da Reunião

O presidente – Estão reabertos os nossos trabalhos. Vem à Mesa requerimento do deputado Gustavo Santana, solicitando a votação destacada da Nota XXIV da Tabela 1 do Anexo do Substitutivo nº 2. A presidência defere o requerimento, em conformidade com o inciso XVII do art. 232 do Regimento Interno. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal. Em votação, o Substitutivo nº 2, salvo emendas, subemendas e destaques.

– Procede-se à votação por meio eletrônico.

O presidente – Registre-se o voto “sim” do deputado Professor Cleiton. Portanto, votaram “sim” 30 deputados; votaram “não” 6 deputados; que, somados às presenças do deputado Carlos Henrique e das deputadas Ione Pinheiro e Maria Clara Marra, totalizam 39 parlamentares. Está aprovado o Substitutivo nº 2, salvo emendas, subemendas e destaques. Com a aprovação do Substitutivo nº 2, fica prejudicado o Substitutivo nº 1.

– Registraram “sim”:

Alencar da Silveira Jr. (PDT)

Antonio Carlos Arantes (PL)

Arnaldo Silva (UNIÃO)

Beatriz Cerqueira (PT)

Bella Gonçalves (PSOL)

Betão (PT)

Betinho Pinto Coelho (PV)

Bosco (CIDADANIA)

Celinho Sintrocel (PCdoB)

Coronel Henrique (PL)

Coronel Sandro (PL)

Delegada Sheila (PL)

Doorgal Andrada (PATRIOTA)

Doutor Jean Freire (PT)

Duarte Bechir (PSD)

Enes Cândido (REPUBLICANOS)

João Junior (PMN)

João Magalhães (MDB)

Leleco Pimentel (PT)

Leninha (PT)

Lohanna (PV)

Macaé Evaristo (PT)

Marquinho Lemos (PT)

Professor Cleiton (PV)

Rafael Martins (PSD)

Ricardo Campos (PT)

Roberto Andrade (PATRIOTA)

Thiago Cota (PDT)

Ulysses Gomes (PT)

Zé Guilherme (PP)

– Registraram “não”:

Bruno Engler (PL)

Chiara Biondini (PP)

Eduardo Azevedo (PSC)

Elismar Prado (PROS)

Lucas Lasmar (REDE)

Sargento Rodrigues (PL)

O presidente – Votação da Nota XXIV da Tabela 1 do Anexo do Substitutivo nº 2. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Sargento Rodrigues.

O deputado Sargento Rodrigues – Presidente, serei breve. Nós pedimos ao líder que fizesse o destaque porque qualquer um de nós que botar no Google “qual é a diferença entre posse e propriedade?” vai entender rapidamente, não precisa nem estudar direito real. O cidadão que tem a posse não tem a propriedade. E aqui estão criando algo. Além de criar a escritura de posse, esse projeto que o Plenário acabou de aprovar em 1º turno, repito, não só criou novos emolumentos como os aumentou.

Então, presidente, o nosso encaminhamento no destaque é para se retirar do texto, é para dizer “não” à Nota 24, que diz “na lavratura de escritura de cessão de direito possessório os atos de constatação da posse serão gratuitos”. Nós vamos fomentar o crime, principalmente, deputados que são ligados a produtores rurais, no campo. Se o cara vai lá e arrenda uma terra, depois ele tira a escritura de posse se ele for agir de má-fé; ou, se ele invadiu propriedade alheia, ele vai lá e registra. Como disse a deputada Ione, é perigoso ainda sair vendendo lotes, e o inferno na vida do proprietário aumentar mais ainda. Então isso aqui, presidente, trará não só uma insegurança jurídica enorme, como vai fomentar a prática criminosa. Eu me referi ao campo para dar um exemplo, mas aqui não fala que é só no campo. Aqueles que operam o direito, que conhecem o que é direito real devem estar falando: de onde eles criaram, saiu da cabeça de quem? O Plenário não pode, ou pelo menos não deve, aprovar essa nota porque com isso nós vamos ampliar os conflitos, ampliar a prática criminosa, e quem é proprietário de qualquer tipo de imóvel vai ficar na berlinda, vai ficar exatamente numa situação muito difícil.

Por isso, eu pedi ao líder Gustavo Santana para fazer o destaque, e obviamente a orientação para a gente retirar isso do texto é votar “não”. Se você quer defender a propriedade de quem paga os impostos daquela propriedade, de quem vai lá e regulariza... Quando eu falo de propriedade, gente, eu estou falando de propriedade, seja de bens urbanos, seja de bens rurais. Eu estou falando da propriedade de uma forma geral, porque é isso que está aqui, é isso que está na Nota 24. Então a nossa orientação é que vote “não” a esse destaque, para tirar essa aberração que inseriram nesse texto.

O presidente – Obrigado, deputado Sargento Rodrigues. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Antonio Carlos Arantes.

O deputado Antonio Carlos Arantes – Sr. Presidente, de fato, esse projeto gerou muita dúvida. Nós temos as consultorias e temos também a Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais – Faemg –, que se debruçou em cima desse projeto. Ou seja, não tem ninguém mais interessado nesse projeto que a própria federação. O Toninho Ernesto de Salvo é o nosso presidente,

peessoa competente que tem uma assessoria de altíssimo nível. Depois de dessecar todo esse projeto, hoje a recomendação é que o voto seja favorável, porque ele é positivo. Muito obrigado.

O presidente – Em votação, a Nota XXIV da Tabela 1 do Anexo do Substitutivo nº 2.

– Procede-se à votação por meio eletrônico.

O presidente – Votaram “sim” 33 deputados; votaram “não” 7 deputados, totalizando 40 votos. Está aprovada a Nota XXIV da Tabela 1 do Anexo do Substitutivo nº 2.

– Registraram “sim”:

Alencar da Silveira Jr. (PDT)

Antonio Carlos Arantes (PL)

Arnaldo Silva (UNIÃO)

Beatriz Cerqueira (PT)

Bella Gonçalves (PSOL)

Betão (PT)

Betinho Pinto Coelho (PV)

Bosco (CIDADANIA)

Carlos Henrique (REPUBLICANOS)

Celinho Sintrocel (PCdoB)

Charles Santos (REPUBLICANOS)

Coronel Henrique (PL)

Coronel Sandro (PL)

Delegada Sheila (PL)

Doutor Jean Freire (PT)

Duarte Bechir (PSD)

Elismar Prado (PROS)

Enes Cândido (REPUBLICANOS)

João Junior (PMN)

João Magalhães (MDB)

Leleco Pimentel (PT)

Leninha (PT)

Lucas Lasmar (REDE)

Lud Falcão (PODE)

Macaé Evaristo (PT)

Marquinho Lemos (PT)

Professor Cleiton (PV)

Rafael Martins (PSD)

Ricardo Campos (PT)

Roberto Andrade (PATRIOTA)

Thiago Cota (PDT)

Ulysses Gomes (PT)

Zé Guilherme (PP)

– Registraram “não”:

Bruno Engler (PL)

Chiara Biondini (PP)

Doutor Wilson Batista (PSD)

Eduardo Azevedo (PSC)

Gustavo Santana (PL)

Ione Pinheiro (UNIÃO)

Sargento Rodrigues (PL)

O presidente – Em votação, a Emenda nº 5 e as Subemendas nº 1 às Emendas nºs 6 e 9.

– Procede-se à votação por meio eletrônico.

O presidente – Registrem-se os votos “sim” do deputado Coronel Sandro e da deputada Macaé Evaristo; retifique-se o voto do deputado Alencar da Silveira Jr. de “não” para “sim”. Portanto, votaram “sim” 33 deputados; votaram “não” 5 deputados, que somados às presenças das deputadas Ione Pinheiro e Marli Ribeiro, totalizam 39 parlamentares. Estão aprovadas a Emenda nº 5 e as Subemendas nº 1 às Emendas nºs 6 e 9. Com a aprovação da Subemenda nº 1 à Emenda nº 9, ficam prejudicadas as Emendas nºs 4, 9, 13 e 15. Com a aprovação da Subemenda nº 1 à Emenda nº 6, fica prejudicada a Emenda nº 6.

– Registraram “sim”:

Alencar da Silveira Jr. (PDT)

Andréia de Jesus (PT)

Antonio Carlos Arantes (PL)

Arnaldo Silva (UNIÃO)

Beatriz Cerqueira (PT)

Bella Gonçalves (PSOL)

Betão (PT)

Betinho Pinto Coelho (PV)

Bosco (CIDADANIA)

Celinho Sintrocel (PCdoB)

Coronel Henrique (PL)

Coronel Sandro (PL)

Delegada Sheila (PL)

Doutor Jean Freire (PT)

Doutor Wilson Batista (PSD)

Duarte Bechir (PSD)

Elismar Prado (PROS)
Enes Cândido (REPUBLICANOS)
João Junior (PMN)
João Magalhães (MDB)
Leandro Genaro (PSD)
Leninha (PT)
Lohanna (PV)
Lucas Lasmar (REDE)
Lud Falcão (PODE)
Macaé Evaristo (PT)
Professor Cleiton (PV)
Rafael Martins (PSD)
Ricardo Campos (PT)
Roberto Andrade (PATRIOTA)
Thiago Cota (PDT)
Ulysses Gomes (PT)
Zé Guilherme (PP)

– Registraram “não”:

Bruno Engler (PL)
Carlos Henrique (REPUBLICANOS)
Charles Santos (REPUBLICANOS)
Chiara Biondini (PP)
Eduardo Azevedo (PSC)

O presidente – Em votação, as Emendas nºs 1 a 3, 8, 10 a 12 e 14.

– Procede-se à votação por meio eletrônico.

O presidente – Registrem-se os votos “não” do deputado Arnaldo Silva, da deputada Leninha e dos deputados Roberto Andrade e Ulysses Gomes. Portanto, não houve voto favorável; votaram “não” 31 deputados; votaram “branco” 5 deputados, que somados às presenças das deputadas Marli Ribeiro e Macaé Evaristo e do deputado Noraldino Júnior, totalizam 39 parlamentares. Estão rejeitadas as Emendas nºs 1 a 3, 8, 10 a 12 e 14.

– Registraram “não”:

Alencar da Silveira Jr. (PDT)
Andréia de Jesus (PT)
Antonio Carlos Arantes (PL)
Arnaldo Silva (UNIÃO)
Bella Gonçalves (PSOL)
Betinho Pinto Coelho (PV)

Bosco (CIDADANIA)
Bruno Engler (PL)
Carlos Henrique (REPUBLICANOS)
Celinho Sintrocel (PCdoB)
Charles Santos (REPUBLICANOS)
Chiara Biondini (PP)
Coronel Henrique (PL)
Coronel Sandro (PL)
Delegada Sheila (PL)
Doutor Wilson Batista (PSD)
Duarte Bechir (PSD)
Eduardo Azevedo (PSC)
Enes Cândido (REPUBLICANOS)
João Junior (PMN)
João Magalhães (MDB)
Leandro Genaro (PSD)
Leleco Pimentel (PT)
Leninha (PT)
Lohanna (PV)
Lucas Lasmar (REDE)
Lud Falcão (PODE)
Rafael Martins (PSD)
Roberto Andrade (PATRIOTA)
Ulysses Gomes (PT)
Zé Guilherme (PP)
– Registraram “branco”:
Beatriz Cerqueira (PT)
Betão (PT)
Doutor Jean Freire (PT)
Professor Cleiton (PV)
Ricardo Campos (PT)

O presidente – Votação da Emenda nº 7. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Doutor Jean Freire.

O deputado Doutor Jean Freire – Sr. Presidente, caros colegas deputados e deputadas, desde quando esse projeto de lei chegou a esta Casa, nós nos debruçamos sobre ele, estamos dialogando sobre esse projeto. É do conhecimento de todos vocês, deputadas e deputados, que, tempos atrás, houve a iniciativa de se fecharem cartórios, principalmente os pequenos cartórios nas cidades, nos distritos, nos lugares que mais precisam.

Quando a gente pega o art. 1º, § 5º, a gente vê – a leitura é clara: “O órgão competente do Tribunal de Justiça do Estado poderá limitar a remuneração dos interinos e de seus substitutos, de acordo com a arrecadação da serventia”. Olha, minha gente, sabemos que a arrecadação dos pequenos é pequena, é pouca, não é? E eu sou daquela tese de que nós temos de dar mais a quem tem menos, nós temos que saber dividir esse bolo. Lá atrás, quando se pretendia fechar os cartórios, o Conselho Nacional de Justiça dizia que isso não estava na lei. Nós estamos abertos ao diálogo no 2º turno, mas estamos buscando entender, nesse parágrafo, como colocar na lei o fechamento, porque as pessoas não vão querer trabalhar gratuitamente, não vão querer receber pouco ou nada ou pagar para trabalhar. Então nós estamos entendendo que esse parágrafo vai ao encontro do fechamento de cartórios, dos pequenos cartórios.

Por isso eu quero pedir o apoio dos deputados e das deputadas, principalmente daqueles votados no interior, nas pequenas cidades onde é de fundamental importância, principalmente a questão civil. Nós viemos de um tempo em que muitas pessoas tinham o registro de nascimento às vezes anos depois de terem nascido, e isso já teve um avanço neste país e nós não queremos voltar atrás. Então eu peço o apoio dos companheiros e das companheiras nesse nosso destaque. Muito obrigado.

O presidente – Obrigado, Doutor Jean. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado João Magalhães.

O deputado João Magalhães – Voto “não” para manter o texto original, o texto da Comissão de Fiscalização Financeira.

O presidente – Obrigado, deputado João Magalhães. Em votação, a Emenda nº 7.

– Procede-se à votação por meio eletrônico.

O presidente – Votaram “sim” 17 deputados; votaram “não” 20 deputados, que somados às presenças dos deputados Douglas Melo e Gustavo Santana, totalizam 39 parlamentares. Está rejeitada a Emenda nº 7. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 4.000/2022 na forma do Substitutivo nº 2, com a Emenda nº 5 e as Subemendas nº 1 às Emendas nºs 6 e 9. À Comissão de Fiscalização Financeira.

– Registraram “sim”:

Andréia de Jesus (PT)

Arnaldo Silva (UNIÃO)

Beatriz Cerqueira (PT)

Bella Gonçalves (PSOL)

Betão (PT)

Celinho Sintrocel (PCdoB)

Doorgal Andrada (PATRIOTA)

Doutor Jean Freire (PT)

Doutor Wilson Batista (PSD)

Elismar Prado (PROS)

Leleco Pimentel (PT)

Leninha (PT)

Lucas Lasmar (REDE)

Macaé Evaristo (PT)

Professor Cleiton (PV)

Ricardo Campos (PT)

Ulysses Gomes (PT)

– Registraram “não”:

Alencar da Silveira Jr. (PDT)

Antonio Carlos Arantes (PL)

Betinho Pinto Coelho (PV)

Bosco (CIDADANIA)

Carlos Henrique (REPUBLICANOS)

Charles Santos (REPUBLICANOS)

Chiara Biondini (PP)

Coronel Henrique (PL)

Coronel Sandro (PL)

Duarte Bechir (PSD)

Eduardo Azevedo (PSC)

Enes Cândido (REPUBLICANOS)

João Junior (PMN)

João Magalhães (MDB)

Leandro Genaro (PSD)

Lud Falcão (PODE)

Rafael Martins (PSD)

Raul Belém (CIDADANIA)

Roberto Andrade (PATRIOTA)

Zé Guilherme (PP)

O presidente – Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.591/2022, do deputado Zé Guilherme, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itaverava o imóvel que especifica. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal. Em votação, o projeto.

– Procede-se à votação por meio eletrônico.

O presidente – Votaram “sim” 44 deputados. Não houve voto contrário. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 3.591/2022 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

– Registraram “sim”:

Alencar da Silveira Jr. (PDT)

Andréia de Jesus (PT)

Arnaldo Silva (UNIÃO)

Beatriz Cerqueira (PT)

Bella Gonçalves (PSOL)

Betão (PT)

Betinho Pinto Coelho (PV)
Bosco (CIDADANIA)
Bruno Engler (PL)
Celinho Sintrocel (PCdoB)
Charles Santos (REPUBLICANOS)
Chiara Biondini (PP)
Coronel Henrique (PL)
Coronel Sandro (PL)
Delegada Sheila (PL)
Douglas Melo (PSD)
Doutor Jean Freire (PT)
Doutor Wilson Batista (PSD)
Duarte Bechir (PSD)
Eduardo Azevedo (PSC)
Elismar Prado (PROS)
Enes Cândido (REPUBLICANOS)
Ione Pinheiro (UNIÃO)
João Junior (PMN)
João Magalhães (MDB)
João Vítor Xavier (CIDADANIA)
Leandro Genaro (PSD)
Leleco Pimentel (PT)
Leninha (PT)
Lohanna (PV)
Lucas Lasmar (REDE)
Lud Falcão (PODE)
Macaé Evaristo (PT)
Marli Ribeiro (PSC)
Nayara Rocha (PP)
Noraldino Júnior (PSB)
Professor Cleiton (PV)
Rafael Martins (PSD)
Raul Belém (CIDADANIA)
Ricardo Campos (PT)
Roberto Andrade (PATRIOTA)

Sargento Rodrigues (PL)

Ulysses Gomes (PT)

Zé Guilherme (PP)

O presidente – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 5.293/2018, do deputado Doutor Jean Freire, que institui a Política do Sorriso Saudável na Terceira Idade, destinada a pessoas idosas domiciliadas em clínicas e residências geriátricas, instituições de longa permanência, casas-lares ou similares. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal. Em votação, o Substitutivo nº 1.

– Procede-se à votação por meio eletrônico.

O presidente – Votaram “sim” 43 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o substitutivo. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 5.293/2018 na forma do Substitutivo nº 1. À Comissão de Saúde.

– Registraram “sim”:

Alencar da Silveira Jr. (PDT)

Antonio Carlos Arantes (PL)

Arnaldo Silva (UNIÃO)

Beatriz Cerqueira (PT)

Bella Gonçalves (PSOL)

Betão (PT)

Betinho Pinto Coelho (PV)

Bruno Engler (PL)

Carlos Henrique (REPUBLICANOS)

Celinho Sintrocel (PCdoB)

Charles Santos (REPUBLICANOS)

Chiara Biondini (PP)

Coronel Henrique (PL)

Delegada Sheila (PL)

Doorgal Andrada (PATRIOTA)

Douglas Melo (PSD)

Doutor Jean Freire (PT)

Doutor Paulo (PATRIOTA)

Doutor Wilson Batista (PSD)

Duarte Bechir (PSD)

Eduardo Azevedo (PSC)

Elismar Prado (PROS)

Enes Cândido (REPUBLICANOS)

Ione Pinheiro (UNIÃO)
João Junior (PMN)
João Magalhães (MDB)
João Vítor Xavier (CIDADANIA)
Leleco Pimentel (PT)
Leninha (PT)
Lohanna (PV)
Lucas Lasmar (REDE)
Lud Falcão (PODE)
Macaé Evaristo (PT)
Marli Ribeiro (PSC)
Nayara Rocha (PP)
Professor Cleiton (PV)
Rafael Martins (PSD)
Raul Belém (CIDADANIA)
Ricardo Campos (PT)
Roberto Andrade (PATRIOTA)
Sargento Rodrigues (PL)
Ulysses Gomes (PT)
Zé Guilherme (PP)

O presidente – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 513/2019, do deputado Professor Cleiton, que acrescenta o art. 3º-A à Lei nº 15.178, de 16 de junho de 2004, e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Meio Ambiente opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos.

– Vem à Mesa:

EMENDA Nº 1 AO SUBSTITUTIVO Nº 2 AO PROJETO DE LEI Nº 513/2019

Dê-se a seguinte redação ao art. 3º: Esta lei entra em vigor 90 dias da data da sua publicação.

Sala das Reuniões, 4 de outubro de 2023.

Gustavo Santana (PL)

O presidente – Encerra-se a discussão. A presidência informa ao Plenário que, no decorrer da discussão, foi apresentada ao projeto uma emenda do deputado Gustavo Santana, que recebeu o nº 1, e, nos termos do § 2º do art. 188 do Regimento Interno, encaminha a emenda com o projeto à Comissão de Meio Ambiente para parecer.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.728/2021, do deputado Betinho Pinto Coelho, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Iguatama o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma

do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal. Em votação, o Substitutivo nº 1.

– Procede-se à votação por meio eletrônico.

O presidente – Votaram “sim” 46 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o substitutivo. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 2.728/2021 na forma do Substitutivo nº 1. À Comissão de Administração Pública.

– Registraram “sim”:

Alencar da Silveira Jr. (PDT)

Andréia de Jesus (PT)

Antonio Carlos Arantes (PL)

Arnaldo Silva (UNIÃO)

Beatriz Cerqueira (PT)

Bella Gonçalves (PSOL)

Betão (PT)

Betinho Pinto Coelho (PV)

Bosco (CIDADANIA)

Carlos Henrique (REPUBLICANOS)

Celinho Sintrocel (PCdoB)

Charles Santos (REPUBLICANOS)

Chiara Biondini (PP)

Coronel Henrique (PL)

Delegada Sheila (PL)

Doorgal Andrada (PATRIOTA)

Douglas Melo (PSD)

Doutor Jean Freire (PT)

Doutor Paulo (PATRIOTA)

Doutor Wilson Batista (PSD)

Duarte Bechir (PSD)

Eduardo Azevedo (PSC)

Elismar Prado (PROS)

Enes Cândido (REPUBLICANOS)

Gustavo Santana (PL)

Ione Pinheiro (UNIÃO)

João Junior (PMN)

João Magalhães (MDB)

João Vítor Xavier (CIDADANIA)

Leandro Genaro (PSD)

Leleco Pimentel (PT)
Leninha (PT)
Lohanna (PV)
Lucas Lasmar (REDE)
Lud Falcão (PODE)
Macaé Evaristo (PT)
Marli Ribeiro (PSC)
Nayara Rocha (PP)
Professor Cleiton (PV)
Rafael Martins (PSD)
Raul Belém (CIDADANIA)
Ricardo Campos (PT)
Roberto Andrade (PATRIOTA)
Sargento Rodrigues (PL)
Ulysses Gomes (PT)
Zé Guilherme (PP)

O presidente – A presidência aproveita a oportunidade e registra os parabéns ao ex-presidente desta Casa, ex-governador do Estado: Alberto Pinto Coelho, que aniversariou no dia ontem. Betinho, leve um abraço ao seu pai de toda a Casa, por gentileza.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.627/2022, do deputado Doutor Paulo, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de São José do Alegre o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal. Em votação, o Substitutivo nº 1.

– Procede-se à votação por meio eletrônico.

O presidente – Votaram “sim” 40 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o substitutivo. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 3.627/2022 na forma do Substitutivo nº 1. À Comissão de Administração Pública.

– Registraram “sim”:

Alencar da Silveira Jr. (PDT)
Antonio Carlos Arantes (PL)
Arnaldo Silva (UNIÃO)
Beatriz Cerqueira (PT)
Betão (PT)
Betinho Pinto Coelho (PV)
Bosco (CIDADANIA)
Carlos Henrique (REPUBLICANOS)
Celinho Sintrocel (PCdoB)

Charles Santos (REPUBLICANOS)
Chiara Biondini (PP)
Coronel Henrique (PL)
Delegada Sheila (PL)
Douglas Melo (PSD)
Doutor Jean Freire (PT)
Doutor Paulo (PATRIOTA)
Doutor Wilson Batista (PSD)
Duarte Bechir (PSD)
Eduardo Azevedo (PSC)
Elismar Prado (PROS)
Enes Cândido (REPUBLICANOS)
Ione Pinheiro (UNIÃO)
João Junior (PMN)
João Magalhães (MDB)
Leandro Genaro (PSD)
Leleco Pimentel (PT)
Leninha (PT)
Lohanna (PV)
Lucas Lasmar (REDE)
Lud Falcão (PODE)
Macaé Evaristo (PT)
Marli Ribeiro (PSC)
Nayara Rocha (PP)
Professor Cleiton (PV)
Rafael Martins (PSD)
Raul Belém (CIDADANIA)
Ricardo Campos (PT)
Sargento Rodrigues (PL)
Ulysses Gomes (PT)
Zé Guilherme (PP)

Questão de Ordem

O deputado Carlos Henrique – Faço um apelo a V. Exa. e à Mesa desta Casa para estabelecer uma criação de regras sobre um expediente desta Casa que é muito comum, que são as frentes parlamentares. Não há uma regra, Sr. Presidente, em relação à questão das frentes parlamentares. Um deputado pode criar 10 frentes parlamentares, o que sobrepõe, muitas vezes, às questões das comissões. Um parlamentar pode fazer um protocolo sobre uma frente parlamentar, sobre um determinado assunto, uma determinada

discussão, e um outro parlamentar pode também protocolar o mesmo pedido de frente parlamentar. Então a gente precisa estabelecer uma regra para disciplinar essa questão da criação das frentes parlamentares. Não há uma regra nesta Casa. E o que a gente está acompanhando é uma sobreposição em relação às questões das comissões e conflitos de interesses entre parlamentares desta Casa. Então eu gostaria que V. Exa., Sr. Presidente, junto à Mesa, pudesse discutir esse assunto que eu trago aqui nesta manhã. Muito obrigado.

O presidente – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 53/2023, do deputado Eduardo Azevedo, que dispõe sobre a prioridade de tramitação dos procedimentos investigatórios na apuração dos crimes hediondos, dos crimes contra a pessoa e dos crimes contra a dignidade sexual que tenham como vítimas crianças e adolescentes, no âmbito do Estado. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão do Trabalho opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. A Comissão de Segurança Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos.

– Vem à Mesa:

EMENDA Nº 1 AO SUBSTITUTIVO Nº 2 AO PROJETO DE LEI Nº 53/2023

Acrescente-se ao art. 1º o seguinte inciso III e o seguinte § 1º, renumerando-se os demais:

“Art. 1º – É prioritária a tramitação de procedimentos investigatórios que apurem a autoria e a materialidade dos seguintes crimes quando praticados contra crianças e adolescentes: [...].

“III – crimes de racismo, previstos na Lei Federal nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989;”.

“§ 1º – para fins dos crimes de racismo a que se refere o inciso III, serão consideradas as interpretações decorrentes de decisões emanadas pelo Supremo Tribunal Federal em sede de controle concentrado de constitucionalidade e de mandado de injunção, inclusive as condutas homofóbicas e transfóbicas, que envolvem aversão odiosa à orientação sexual ou à identidade de gênero de alguém e, por traduzirem expressões de racismo, compreendido este em sua dimensão social, ajustam-se, por identidade de razão e mediante adequação típica, aos preceitos primários de incriminação definidos na Lei nº 7.716/1989.”.

Sala das Reuniões, 4 de outubro de 2023.

Bella Gonçalves (Psol)

O presidente – Encerra-se a discussão. A presidência informa ao Plenário que, no decorrer da discussão, foi apresentada ao projeto uma emenda da deputada Bella Gonçalves, que recebeu o nº 1, e, nos termos do § 2º do art. 188 do Regimento Interno, encaminha a emenda com o projeto à Comissão de Segurança Pública para parecer.

Declarações de Voto

O deputado Rafael Martins – Bom dia, presidente. Bom dia a todos e a todas. Eu gostaria de agradecer, nessa declaração de voto, aos colegas deputados e deputadas pela aprovação de mais um projeto de lei, que, com certeza, vai ser muito importante para o Município de Ipaba, na região do Vale do Aço. Com isso, com certeza, a prefeitura passa a ter a responsabilidade sobre a Rodovia MG-4015, dando mais atenção, garantindo mais segurança e desenvolvimento. Aproveito para parabenizar a gestão do prefeito Juninho da Saúde, que é muito competente, muito eficiente e tem promovido hoje, com toda a sua equipe, um dos maiores programas de saneamento, captação de esgoto e infraestrutura no Município de Ipaba, na região do Vale do Aço. É isso. Mais uma vez, agradeço aos colegas deputados e deputadas. Muito obrigado.

A presidenta (deputada Leninha) – Obrigada, deputado Rafael Martins. Com a palavra, para declaração de voto, o deputado Ricardo Campos.

O deputado Ricardo Campos – Obrigado, presidenta, nossa companheira Leninha. Vimos aqui, neste momento, declarar o nosso voto nessa votação simbólica e também importante do projeto de resolução que vai conceder ao nosso ministro, vice-presidente da República: Geraldo Alckmin, o título de cidadão mineiro da família Alckmin, que tem raiz em Bocaiúva, em Varzelândia, em São João da Ponte. Com certeza, enquanto vice-presidente e enquanto ministro, ele muito tem feito pelo nosso estado. E eu acredito que fará muito mais ao lado do presidente Lula. Eu queria também fazer essa declaração de voto, orientado pela nossa liderança do bloco, sobre os apontamentos que, acreditamos, precisam avançar, nesta Casa, em relação a esse Projeto de Lei nº 4.000, do Tribunal de Justiça do Estado. Não é justo um país onde a pobreza ainda predomina sobre o nosso povo, onde as condições de vida não são as melhores – com o presidente Lula, o Brasil está tentando melhorar essas condições para o povo –, nós vemos aumento também de emolumentos. O aumento de impostos já tem sido tratado com muita dificuldade pelo nosso povo que vive à base de salário mínimo e, agora, mais uma vez, vem essa questão cartorial. Queria propor e pedir aos nossos colegas que pudessem, no 2º turno, realmente fazer uma discussão ampla dessa questão das taxas cartoriais. Nós não podemos aceitar que os cartórios não estejam presentes nos distritos. Nós temos casos, como o da Serra das Araras, na Chapada Gaúcha, cuja população tem que se deslocar por quase 80km para ir à Chapada e, muitas vezes, depara com o cartório fechado por falta de tabelião, por falta de funcionamento constante. Aí, muitas vezes, um cidadão da sede desse município tem que ser o ouvidor, o despachante de luxo, o despachante daqueles cidadãos que se deslocam 80km, 100km. E esse cidadão tem procuração para dar seguimento às questões notariais do povo dos distritos. Então nós não podemos permitir que o Estado não promova a equidade. Que possamos ter a garantia dos distritos funcionando nas nossas comunidades. Precisamos ter a garantia – aí, nós propusemos uma emenda a esse projeto, deputada Leninha – de uma renda mínima através da distribuição dessa taxa judiciária com equidade, para que os cartórios de distritos tenham, no mínimo, a funcionalidade garantida e condição de trabalhar. Mais ainda: estamos propondo também, deputada Leninha, que, nessa questão da equidade tributária dos emolumentos cartoriais, nós possamos garantir justiça social. Não é justo que as associações comunitárias, as Apaes, os hospitais filantrópicos, as entidades sociais, que vivem à míngua, fazendo bingos, fazendo rifas, pedindo doações diariamente aos cidadãos para manter as atividades de assistência à população que mais precisa, paguem de R\$700,00 a R\$900,00 por um registro de ata para comprovar o seu funcionamento ou para garantir a realização de eleição para sua diretoria. Nós temos que promover também a justiça social em relação a esses emolumentos. Cartórios lucram, e muito. Nada contra o trabalho que é feito, ao serviço que é bem prestado, mas nós precisamos, sim, promover a justiça social do ponto de vista da questão dos emolumentos. Eu acho que isentar todas as associações comunitárias, as Apaes e as entidades sociais de pagarem as taxas de cartórios, em especial a do registro de atas, é muito importante para apoiar o funcionamento das entidades sociais, que tanto ajudam a população mineira e o povo brasileiro. No 2º turno, nós podemos avançar nesse debate, nessa proposição do Tribunal de Justiça, para diminuirmos isso. Não podemos aumentar custos para os trabalhadores. Por fim, temos que fazer uma promoção também junto ao governo do Estado, para que tome providências, a fim de que a Advocacia-Geral do Estado retire dos cartórios o nome das pessoas que pagaram IPVA em atraso nos últimos anos; pagaram o IPVA, mas até, hoje, o Estado está cobrando nos cartórios os emolumentos daquilo que já foi pago. Então é importante debatermos esse projeto no 2º turno. Obrigado, presidenta.

A deputada Chiara Biondini – Bom dia, presidente; bom dia a todos os deputados presentes. Eu queria fazer um apelo ao nosso governador Romeu Zema: que se inspire no governador do Rio de Janeiro, Cláudio Castro, e se posicione contra o aborto. Estamos falando de um assunto sério, de um assunto problemático. Nós somos a favor da vida. A direita é a favor da vida. O nosso governador posicionou-se, várias vezes, ao lado da direita. Então quero fazer um pedido, um apelo: governador, posicione-se, por favor, contra o aborto e a favor da vida! Também convido-o novamente para estar presente, no dia 8, ao lado do deputado Bruno Engler, ao meu lado, ao lado do presidente Bolsonaro e da ex-primeira-dama, Michelle Bolsonaro, para fazermos uma caminhada em favor da vida e contra o aborto. Então fica aqui o meu pedido para o governador fazer um vídeo e se posicionar. A gente precisa se unir para que essa barbaridade não aconteça no nosso país. Obrigada.

Encerramento

A presidenta – A presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada. Levanta-se a reunião.

ATA DA 66ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 4/10/2023

Presidência da Deputada Leninha

Sumário: Comparecimento – Abertura – 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata – 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Requerimentos n.ºs 1.459, 1.857, 1.858 e 3.954 a 3.959/2023 – Comunicações: Comunicação da Comissão de Segurança Pública – Oradores Inscritos: Discursos dos deputados Professor Cleiton, Cristiano Silveira, Leleco Pimentel e Doutor Jean Freire – 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Abertura de Inscrições – Leitura de Comunicações – Despacho de Requerimentos: Requerimentos n.ºs 3.920, 326, 3.921, 3.777 e 3.895/2023; deferimento – Questões de Ordem – Registro de Presença – Encerramento.

Comparecimento

– Comparecem as deputadas e os deputados:

Leninha – Duarte Bechir – Betinho Pinto Coelho – Antonio Carlos Arantes – Ana Paula Siqueira – Arnaldo Silva – Beatriz Cerqueira – Bella Gonçalves – Betão – Bim da Ambulância – Bosco – Celinho Sintrocel – Chiara Biondini – Coronel Henrique – Cristiano Silveira – Delegada Sheila – Delegado Christiano Xavier – Doorgal Andrada – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Doutor Paulo – Doutor Wilson Batista – Eduardo Azevedo – Elismar Prado – Enes Cândido – Fábio Avelar – Gustavo Santana – Ione Pinheiro – João Junior – João Magalhães – Leandro Genaro – Leleco Pimentel – Lohanna – Lucas Lasmar – Lud Falcão – Luizinho – Macaé Evaristo – Maria Clara Marra – Mário Henrique Caixa – Marli Ribeiro – Noraldino Júnior – Professor Cleiton – Raul Belém – Ricardo Campos – Roberto Andrade – Thiago Cota – Ulysses Gomes – Vitório Júnior – Zé Guilherme.

Abertura

A presidenta (deputada Leninha) – Às 14h8min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

Ata

– O deputado Cristiano Silveira, 2º-secretário *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Fase (Grande Expediente)

Apresentação de Proposições

A presidenta – Não havendo correspondência a ser lida, a presidência passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.

– Nesta oportunidade, são encaminhadas à presidência as seguintes proposições:

REQUERIMENTOS

Nº 1.459/2023, da Comissão Extraordinária de Prevenção e Enfrentamento ao Câncer, em que requer seja encaminhado aos municípios do Estado pedido de informações sobre a jornada do paciente com câncer, especificando se o município realiza com frequência ações, campanhas e mutirões de conscientização da população sobre os exames preventivos contra o câncer e de promoção do acesso a esses exames; quais exames são realizados em maior quantidade no município; quantos exames são realizados por mês; quantos mamógrafos existem no município; se os usuários do Sistema Único de Saúde – SUS – conseguem realizar os exames preventivos no próprio município ou se precisam se deslocar para outro município e, caso os pacientes precisem se deslocar para outra localidade, qual a distância que precisam percorrer e como é feito o deslocamento – por conta própria ou custeado pelo SUS; se há fila de espera para realização de exames preventivos e, em caso positivo, quantas pessoas se encontram atualmente na fila, detalhando esses dados por tipo de exame e faixa etária; quanto tempo o paciente do SUS precisa aguardar para realizar exames preventivos contra o câncer; se município tem ou já recebeu a visita de unidades móveis de saúde para a realização de exames preventivos e, em caso positivo, quantas são, quando ocorreram os eventos, qual o número de pessoas atendidas e como foi feito o financiamento das ações; quantos meninos e meninas receberam a primeira dose da vacina contra o HPV e quantos se vacinaram com a segunda dose; e qual a porcentagem da cobertura vacinal no município. (– À Comissão de Saúde.)

Nº 1.857/2023, da Comissão Extraordinária de Prevenção e Enfrentamento ao Câncer, em que requer seja encaminhado aos municípios do Estado de Minas Gerais pedido de informações sobre a jornada do paciente com câncer, especificando o tempo que o paciente espera para conseguir um retorno com o médico especialista, bem como para iniciar o tratamento após receber o diagnóstico; o tempo para o agendamento da quimioterapia, para o agendamento da radioterapia e para a realização da cirurgia; o número de pessoas com câncer que estão na fila atualmente aguardando o início do tratamento; para qual cidade e hospital os pacientes do município precisam se deslocar para realizar a cirurgia, a quimioterapia ou a radioterapia; e se pacientes que já possuem diagnóstico de câncer conseguem realizar o PET/CT ou PET Scan para acompanhar a evolução e extensão do tumor, além de avaliar a efetividade do tratamento, o acompanhamento e a evolução e extensão do tumor. (– Semelhante proposição foi apresentada anteriormente pela Comissão Extraordinária de Prevenção e Enfrentamento ao Câncer. Anexe-se ao Requerimento nº 1.459/2023, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno.)

Nº 1.858/2023, da Comissão Extraordinária de Prevenção e Enfrentamento ao Câncer, em que requer seja encaminhado aos municípios do Estado pedido de informações sobre a jornada do paciente com câncer, especificando o tempo que o paciente com suspeita de câncer espera para realizar o exame diagnóstico para detecção da doença; se os exames são realizados no município ou o usuário do Sistema Único de Saúde – SUS – precisa se deslocar para outras localidades e, em caso de necessidade de deslocamento, como ele é feito; se há fila de espera atualmente no município para a realização dos exames e quantas pessoas estão na fila; se o município tem dado prioridade para os agendamentos desses exames ou o paciente entra em fila única. (– Semelhante proposição foi apresentada anteriormente pela Comissão Extraordinária de Prevenção e Enfrentamento ao Câncer. Anexe-se ao Requerimento nº 1.459/2023, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno.)

Nº 3.954/2023, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Governo pedido de informações sobre os critérios utilizados pelo governo para avaliar o valor da Cemig e da Copasa, cujos processos de privatização estão em discussão, e sobre os valores atribuídos às referidas empresas e às respectivas marcas. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 3.955/2023, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Governo e ao diretor-presidente da Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – pedido de informações sobre os projetos sociais que a Cemig desenvolve atualmente e se há garantias de que serão mantidos em caso de alienação do controle acionário. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 3.956/2023, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado ao diretor-presidente da Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – pedido de informações sobre as alterações na base de cálculo da tarifa de energia elétrica nos últimos cinco anos, considerando o que era custo fixo e passou a ser custo variável ou investimento. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 3.957/2023, da Comissão de Participação Popular, em que requerem seja encaminhado à Mesa da Assembleia pedido de providências para realização, no âmbito do processo de discussão participativa do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG 2024-2027 –, de consulta pública com vistas a que sejam colhidas sugestões da população sobre o projeto de lei que dispõe sobre o PPAG 2024-2027. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 3.958/2023, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja formulado voto de congratulações com as 113 integrantes da primeira turma de BM FEM do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais pelos 30 anos de dedicação e excelência na qualidade dos serviços prestados à sociedade mineira, a serem comemorados em dezembro de 2023. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 3.959/2023, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que atuaram em ocorrência de tráfico de drogas em 30/9/2023, no Bairro Lindeia, que resultou na prisão de dois homens, remoção de um veículo para o pátio, apreensão de uma arma de fogo e de grande quantidade de entorpecentes e material usado na sua fabricação. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Comunicações

– É também encaminhada à presidência comunicação da Comissão de Segurança Pública.

Oradores Inscritos

O deputado Professor Cleiton – Boa tarde, presidenta, deputados e deputadas. Boa tarde nossos assessores, consultores, servidores da Casa. Boa tarde a todo o povo de Minas Gerais. Que semana é essa que nós estamos vivendo, deputado Betão? Uma semana extremamente importante no que diz respeito a uma série de acontecimentos que marcam a nossa história, seja para o bem ou para o mal. Primeiro que é uma semana de escolha do Prêmio Nobel. Hoje nós recebemos as notícias, em sequência, dos prêmios de medicina, de física, ontem, e de química, no dia de hoje, faltando ainda a escolha do Prêmio Nobel de Literatura, de Economia e daquele que é o mais esperado, que é o Prêmio Nobel da Paz.

Eu faço essa reflexão exatamente para lembrar que a escolha dos premiados é uma escolha baseada na vitória da ciência sobre o obscurantismo; da vitória da ciência sobre o negacionismo; da vitória da ciência a favor da vida. Basta lembrar aqueles que foram premiados com o Prêmio Nobel de Medicina, que, há 20 anos, com suas pesquisas, desenvolveram agentes importantes e necessários para que nós tivéssemos a velocidade e a rapidez com que as vacinas foram feitas, propiciando salvar a humanidade.

Então quero aqui, enquanto professor e educador, mas também como alguém que sempre militou na academia, defendendo a pesquisa, exaltar a pesquisa, os nossos pesquisadores, a ciência, numa semana, como eu disse, que é uma semana para que nós também façamos uma reflexão. Uma reflexão da semana que é publicada, deputada Leninha.

Em relação a uma das grandes pérolas recentes da história da igreja, a Encíclica *Laudate Deum* – louvemos a Deus, que é a tradução do latim –, deputado Eduardo, o papa Francisco chama a atenção do perigo que é o homem se colocar no lugar de Deus e do quanto isso traz dissabores e problemas para a humanidade, sobretudo para chamar a atenção do que nós estamos fazendo em relação à casa comum, à destruição dos bens naturais e à destruição da natureza. E as consequências estão aí: as imagens do Amazonas nos chocam, assim como as imagens da seca, as imagens das populações ilhadas e isoladas por não terem ali a possibilidade e a oportunidade de se deslocarem das suas casas, das suas aldeias e irem até os grandes centros, e por isso problemas de abastecimento, problemas da área de saúde pública e até mesmo o desabamento de uma vila por conta da seca. No outro extremo do País, nós vemos

ali ciclones assolando cidades inteiras do Rio Grande do Sul e ainda as enchentes que provocaram uma série de impactos sobre a vida de populações mais pobres e de populações mais vulneráveis.

Faço essa introdução para dizer que nós temos, nesta Casa, a oportunidade de corrigirmos os rumos de escolhas errôneas e escolhas degradantes que os nossos governos fizeram em Minas Gerais. E não venho aqui para atacar a mineração, muito menos as mineradoras. Eu venho aqui como membro do Partido Verde, que é um partido de amplitude internacional e que tem como seu principal valor a defesa do meio ambiente; venho como líder do PV também nesta Casa para fazemos essa reflexão no dia que não é um dia qualquer, deputado Cristiano Silveira, mas o dia dedicado àquele que é considerado o primeiro ecologista da história – São Francisco de Assis. Aquele que é considerado e foi considerado pela revista Time... Alguns não devem se recordar que, no final de 1999 para 2000, foi feita pela revista uma enquete mundial para que as pessoas votassem no homem ou na mulher do milênio. E foi escolhido, na frente de muitos homens, de muitas personalidades da história, Francisco de Assis, exatamente por ter sido um homem à frente do seu tempo. E hoje, no Dia de São Francisco de Assis, esta Casa deixou de votar um projeto de minha autoria, até por conta de uma questão regimental, de uma emenda que foi colocada aqui em Plenário para que o mesmo projeto voltasse à Comissão de Meio Ambiente, um projeto que faz com que uma das nossas muitas serras tenha sua preservação garantida. Estou me referindo à Serra da Piedade.

A Serra da Piedade, encrustada aqui perto da cidade histórica de Caeté, tem um apelo natural, antropológico, religioso, cultural, um apelo de todo um contexto que faz com que essa serra seja considerada por muitos mineiros a menina dos seus olhos, sobretudo pela população que professa a fé em Nossa Senhora da Piedade, que é a padroeira de Minas Gerais, e temos ali um santuário dedicado a ela. Recordo-me, deputado Betão, que, no início deste ano, fui levar algumas pessoas lá do Estado de Tocantins que vieram fazer uma visita e conhecer as belezas naturais, o patrimônio histórico, o patrimônio artístico, o patrimônio cultural, o patrimônio religioso da serra, e não sabia que a serra estava impedida de ser visitada porque havia ocorrido um tremor, e uma grande pedra, deputado Doutor Jean Freire, estava para cair exatamente em cima do santuário. O que levou a esse tremor? Os impactos causados pela mineradora, que, como um verdadeiro caranguejo, arranha a base da serra e, sem nenhum tipo de cuidado de sustentabilidade, sem nenhum tipo de programação para revitalização daquilo que foi degradado, explora esse bem natural.

Precisamos então, nesta semana dedicada à ciência, nesta semana de vitória da pesquisa, nesta semana em que cientistas premiados são reconhecidos porque, através de suas pesquisas, estão a serviço da vida, nesta semana de publicação da Laudate Deum, em que o Papa Francisco chama a atenção mais uma vez que a humanidade, por conta da avidez, da sede pelo lucro, está sendo comprometida, e estamos entrando numa era de colapso. Também hoje acordei com algumas imagens de geleiras derretidas, que são cenas assustadoras. E esta Casa, estes deputados e deputadas que aqui se encontram têm a obrigação de recolocar, reposicionar o nosso estado, para que tenhamos de fato uma economia que esteja ligada ao conceito de sustentabilidade, ao conceito de preservação do meio ambiente, ao conceito que é exigido nos dias de hoje, e que diminuamos os impactos daquilo que alguns tentam negar, mas que é notória sua interferência e sua ingerência sobre as nossas vidas, que é o aquecimento global.

Queria, então, aqui, usando deste Plenário, pedir sensibilidade aos deputados e às deputadas, que, num curto prazo de tempo, ou seja, pedir à Mesa da Assembleia, deputada Leninha, que recoloque o projeto que proíbe a mineração na Serra da Piedade para ser apreciado por este Plenário. Não podemos nos render aos interesses daqueles e daquelas que, num futuro breve, deixarão, no nosso estado, um rastro de destruição, de buracos, de degradação ambiental e de ataque às nossas nascentes, aos nossos povos e às nossas populações mais vulneráveis que vivem, hoje, à mercê dos grandes interesses econômicos.

Gostaria muito, deputado Leleco Pimentel, que, nesta manhã, tivéssemos dado a Francisco de Assis, no seu dia, esse presente de termos votado esse projeto, que foi discutido aqui, numa audiência pública, em 2019. Ainda brincava, naquela ocasião, no bom sentido – e quero reconhecer aqui que o projeto foi melhorado –, dizendo que nós estamos num país, deputado Eduardo Azevedo, onde as leis surgem e vão cedendo, originando brechas e brechas, brechas e brechas, e sendo construídas uma em cima da outra. Aí,

de repente, você tem um arcabouço jurídico que só leva à confusão. Naquela ocasião, quando nós apresentamos o projeto de lei, eu me lembrava da Lei Áurea, que, como costume dizer, é a lei mais perfeita que já foi feita neste país porque possuía dois artigos. Primeiro artigo: “Fica abolida a escravidão no Brasil”. Segundo artigo: “Revogam-se todas as leis anteriores”. A lei que foi criada e construída aqui, em 2019, e que seria votada hoje tinha dois artigos. O primeiro artigo dizia: “Fica expressamente proibida a mineração na Serra da Piedade”. O segundo: “Revogam-se todas as leis anteriores”. No entanto, ela passou por diversas comissões. Entenderam os seus relatores que era necessário fazer algumas modificações até para que aqueles que mineraram na serra pudessem fazer um processo de reparação ambiental. Nós concordamos, mas esperando, muito em breve, poder dar esse presente a D. Walmor, arcebispo de Belo Horizonte, que é um grande entusiasta e que promoveu e colocou a Serra da Piedade no seu devido lugar, tendo a importância que ela merece, a importância que o santuário merece, mostrando o que representa a Serra da Piedade como patrimônio, como bem natural que não pertence a uma cidade, mas, sim, a todos os mineiros.

Fica aqui o meu lamento, mas, ao mesmo tempo, a certeza de que Francisco de Assis continuará nos inspirando em nome de tudo aquilo que ele representa na luta pelos mais pobres, pelos menos favorecidos, pela preservação do meio ambiente, pelo direito das mulheres, pela justiça social e, acima de tudo, pelo cuidado com a nossa casa comum. Pensando em que Minas Gerais nós queremos deixar para as gerações posteriores, que ele continue nos inspirando e nos movendo a sermos melhores, abrindo o nosso coração para o outro, entendendo que o outro precisa da nossa ação, precisa da nossa presença e, acima de tudo, precisa do nosso cuidado para que a nossa sociedade seja cada vez melhor. Não uma sociedade idealizada e pensada pelas mentiras que são contadas por um governador que manda para esta Casa um projeto de lei orçamentária que estabelece um prejuízo aos cofres públicos de R\$8.000.000.000,00 para o próximo ano, sem justificativa nenhuma, porque não há um investimento sequer em obra nem recomposição salarial para os servidores. E, quando a gente lê o texto, fica pior ainda, porque ele imputa ao Tribunal de Justiça, ao Ministério Público, à Assembleia Legislativa e ao Tribunal de Contas os rombos nas contas públicas. Que cada um cuide dos seus problemas e saiba enxergar os seus defeitos e as suas limitações. Deus os abençoe! Que Francisco de Assis nos inspire cada dia mais!

O deputado Cristiano Silveira – Sra. Presidenta, nobres colegas parlamentares, público presente que nos acompanha, funcionários aqui da Casa. Quero aqui, presidenta, repercutir alguns assuntos importantes da nossa agenda política em Minas Gerais. Eu quero, em primeiro lugar, repercutir uma matéria que nós acompanhamos na imprensa no dia de hoje sobre as dívidas do Estado, sobre a previsão orçamentária do Estado de Minas Gerais para o ano de 2024. Segundo as informações, o que nós vamos receber aqui, para poder discutir, é que a dívida, o rombo nas contas de Minas Gerais deverá crescer 130% em 2024. O governador Romeu Zema, que é o governador que propaga para os quatro cantos do Estado que colocou o Estado nos trilhos – termo que ele usa –, e nós já desmentimos isso aqui várias vezes, está dizendo que a possibilidade do crescimento do rombo pode chegar a 130%.

Quando a gente fala das contas de Minas Gerais, é importante lembrar que, entre outras coisas, o governador, nessa disposição de abrir mão da arrecadação para beneficiar amigos, como foi no caso dos donos de locadoras, através da sua ação política e administrativa, contribui para a dificuldade financeira do Estado. Agora, o interessante é que essa turma do Novo, desde quando assumiu, no mandato passado, criou um mantra: “Olha, nós pegamos o Estado quebrado, pegamos o Estado quebrado”. A previsão é que eles entreguem um estado muito mais quebrado e endividado do que quando assumiram.

Há uma frase aqui do presidente do Sinfazfisco, o Sr. Hugo René, que diz o seguinte: “Minas Gerais completa, em dezembro, 303 anos – capitania de Minas Gerais”. Segundo o Sinfazfisco, a dívida acumulada nesses 303 anos é de R\$177.000.000.000,00. São mais de 300 anos, Betão, e R\$177.000.000.000,00. Agora, o governo Zema, que diz ter colocado Minas nos trilhos, é responsável por – vejam vocês –, R\$54.000.000.000,00 dessa dívida. Então, em 300 anos, juntou-se R\$177.000.000.000,00, e só com o Zema, em um mandato e mais alguns meses, são mais R\$54.000.000.000,00. Isso então é dizer que já está sendo anunciado o aumento da dívida em mais ou menos 130% nas contas do Estado. Esse é o primeiro assunto que eu

quero trazer, ou seja, questionar a capacidade administrativa, de gestão, de quem hoje ocupa a cadeira do governo do Estado. Repito: ele pega o Estado, quebra o Estado, aumenta a dívida e daqui a pouco vai anunciar o colapso em alguns setores.

O outro assunto que também teve repercussão na imprensa – e eu acho importante a gente comentar aqui, porque no início do mandato ocupou basicamente a maioria das intervenções dos deputados, das falas, das cobranças – é a questão das estradas de Minas Gerais. Lembrem que lá no começo do ano estava passando aí o período da chuva, e em decorrência disso parecia que as estradas de Minas Gerais tinham sofrido ataque de bomba? Elas pareciam estradas lá da Ucrânia, do meio da guerra. E o governo hoje está lançando um pacote de obras de prevenção das chuvas e de manutenção de áreas que poderão ser afetadas pelas chuvas. A gente sabe que elas já se iniciaram e tendem a aumentar. Ora, o governo está anunciando um pacote de obras sendo que os anúncios feitos, no passado, não foram cumpridos. Não foram cumpridos! Quer dizer, o governo está anunciando pela segunda vez, se bobear, até pela terceira vez, um pacote de ações e obras dos mesmos problemas que estão aí colocados.

Por coincidência, recebo no dia de hoje, no meu gabinete, o vice-prefeito da cidade de Santa Bárbara do Tugúrio. Betão já deve ter passado ali, naquela estrada da serra de Santa Bárbara do Tugúrio, o Leleco também conhece ali. Vocês acreditam que aquele deslizamento... É uma rodovia estreitinha, estreitinha. Se passar um caminhão maior e um carro, alguém tem que parar para o outro se ajustar. Ela é assim: corta para cá, corta para lá, corta para cá, corta para lá, é uma serpente. É uma estrada muito perigosa. O que ocorre? Desde as chuvas, lá no passado, lá nos antigamente, uma parte do trecho deslizou e ficou extremamente perigoso ali. Sabe qual intervenção foi feita ali? Nenhuma! Nenhuma intervenção relevante no sentido de recuperação do trecho, de garantir a segurança do trecho, de manutenção do trecho. Hoje, estiveram lá comigo, o vice-prefeito, o Moura; a vereadora Jucélia; o Lourinho, que é nossa liderança comunitária; e o Washington, que é da rádio de lá, e eles falaram: “Olha, Cristiano, o prefeito fala a todo momento que é amigo do governador. Amigo não, conselheiro do governador, tira foto com o governador e que o governador está olhando, está atento, está comprometido”. Uai, que amigo é esse? Amigo da onça. Olha lá a situação da estrada. Qual é o prestígio, então, que o prefeito local tem com o governador? Nenhum! Que o povo do Campo das Vertentes e Zona da Mata – essa estrada é importante, porque liga essas duas regiões irmãs – me escutem: “O governador Romeu Zema tem zelo, apreço, compromisso e responsabilidade zero com a região, senão havia cuidado desse pedacinho da estrada que acabou cedendo.

Sem falar, gente – Nossa Senhora! – das dezenas de denúncias que a gente recebe, reclamações. O povo na região do Jequitinhonha – Jean sempre está falando isso aqui –, o povo do Norte de Minas – Nossa Senhora, nem se fala da situação também no Norte de Minas –, na Zona Mata, no Campo das Vertentes, é buracada pelo Estado todo. E o governador está anunciando aí um pacote de obras em decorrência da chegada do período chuvoso para manutenção de estrada. Aí nós vamos fazer o quê? Acreditar, não é, gente? Nós vamos falar: “Que legal! Parabéns! Muito bom!”. Mas não consertou os das últimas chuvas até hoje. Então, eu queria repercutir isso também, porque eu acho que a gente precisa relembrar da situação que está aqui.

Tem mais: Eu quero falar que esta semana foi uma semana importante, a semana passada também foi importante para nós. Dois anúncios fundamentais feitos pelo presidente Lula: primeiro, o novo PAC. O novo PAC é um conjunto de ações que o governo abre, através de chamamento público, de editais, para que os municípios possam cadastrar propostas para execução de obras e execução de programas. Nós já lembramos aqui: são mais de R\$60.000.000.000,00 nessa primeira edição, depois mais de R\$70.000.000.000,00 na segunda edição. Teremos ações de fundo perdido, teremos ações que poderão ser financiadas e ações, gente, em várias áreas: tem ação na saúde, tem ação na educação, tem ação no esporte, tem ação de infraestrutura, tem ação para tudo que é gosto. Então, eu quero chamar atenção dos gestores municipais, dos prefeitos, inclusive na condição de presidente da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização, para que se atentem aos prazos. O prazo vai abrir no dia 8 de outubro e vai até o dia 9 de novembro. Tem que entrar no site novopac.gov e vê em qual ação o município tem interesse e cadastrar a proposta. É evidente que o governo vai analisar as propostas e vê a possibilidade de liberação. A gente está aí à disposição também para acompanhar os municípios que tenham interesse em cadastrar proposta no novo PAC. A gente sabe que o PAC 1 foi um sucesso, o PAC com a Dilma

foi um sucesso. Agora, o novo PAC também volta, com toda a força, para cuidar da parte estrutural dos municípios e organização de programas e políticas públicas. Então essa é uma notícia importante que a gente traz aqui para conhecimento dos colegas e também da população. Fica a dica: são cerca de 30 dias; o sistema estará aberto para apresentação de propostas para o novo PAC.

A outra coisa eu queria trazer aqui é o anúncio feito pelo presidente Lula, que vem se recuperando muito bem da cirurgia que fez, da isenção das parcelas do Minha Casa, Minha Vida para as famílias de baixa renda, aquelas famílias que estão no BPC e também famílias do Bolsa Família, isso é muito importante, fundamental. O anúncio que o presidente Lula faz vem num momento importante em que a economia vem demonstrando recuperação. E, para aquelas famílias que têm seu orçamento tão apertado, fará toda a diferença ter o alívio dessas parcelas. O Minha Casa, Minha Vida é um programa que visa cumprir uma função social do direito à moradia. Aqui, em Minas Gerais, o governador fez o esvaziamento da Cohab, não entregou nenhuma casa, através de um programa próprio. Enquanto essa turma apresenta programas para faixas de renda que já saem dos mais pobres, o governo do presidente Lula já vem fazendo anúncios importantes na garantia do direito à casa, à habitação e à moradia. Dignidade é isso. Dignidade é você ter endereço no mundo. Qual é o seu endereço? A gente sabe que não há coisa pior nessa vida do que pagar aluguel, não é, gente? O aluguel é um negócio danado. Você paga o aluguel, paga, paga, paga, paga, paga a vida toda e, no final, o imóvel não é seu. A política habitacional é importantíssima para diminuir o déficit habitacional.

Também outra coisa que quem já viveu muito de aluguel sabe... Eu me lembro da minha infância, da minha adolescência, porque a gente viveu a vida toda morando de aluguel, quando a minha mãe falava assim: “Não há coisa mais triste do que ter que ficar pondo a mudança na caçamba do caminhão”. Então, vira e mexe, deu um ano, se o cara não quiser renovar o aluguel, a família põe a mudança na caçamba do caminhão e vai caçar outro lugar para morar. É um negócio muito triste. Os móveis da gente vão ficando todos deteriorados, vão ficando frouxos, Zé Antônio, vão ficando frouxos, os parafusos perdem a pressão. Aí, na última mudança, você tem que largar para lá o móvel, porque está pregado e não há mais como desmontá-lo. A vida das pessoas de baixa renda, das mais pobres, gente... Só quem já viveu de aluguel sabe o que é isso, sabe como é triste fazer mudança, ficar mudando de casa. Às vezes, você não tem condições de pagar o aluguel, porque o sujeito o reajustou e quer um outro preço e você não consegue pagar. Quando a gente vê esses programas habitacionais, a gente vê a alegria das famílias na hora da entrega da chave. A pessoa entra para dentro do imóvel e sabe que ninguém vai tirá-la dali, ela paga do jeito que pode, em parcelas pequenininhas. E agora o presidente Lula está falando de isenção para essas famílias.

Então, é isto: governar é fazer escolhas. As escolhas que têm sido feitas até agora são: aumento real do salário mínimo acima da inflação; exoneração do Imposto de Renda para quem ganha até R\$2.600,00; fortalecimento do Bolsa Família, como nós vimos; e agora a isenção do Minha Casa, Minha Vida. Isso tudo vai se somando a um conjunto de ações que deixa muito clara a escolha que este governo fez pelas pessoas mais pobres, de baixa renda, pela classe trabalhadora. O.K? Era isso que eu queria trazer no dia de hoje. Quero agradecer aos colegas a paciência de terem me ouvido.

O deputado Leleco Pimentel – Deputado Cristiano, presidente do Partido dos Trabalhadores, eu só gostaria de dizer que faço coro com o seu testemunho em relação à rodovia, à MG, na altura do Município de Santa Bárbara do Tugúrio. Isso me fez lembrar esses prefeitos que andaram enganados com o Zema, e agora estão enganados com ele porque querem. Eles se fazem de rogados, de amigos do rei, de conselheiros. É o caso do prefeito Hélio Márcio Campos, do Município de Ouro Branco. Na porta do campus da Universidade Federal de São João del-Rei, entre Lobo Leite e Ouro Branco, há um buraco que está fazendo aniversário, e ele continua se dizendo amigo de Zema. Acontece que os conselhos que eles dão para Zema, porque acham que são conselheiros do governador... O governador atende só aquilo que quer, que é exatamente construir os 41km da estrada que vai até o sítio dos seus familiares, na região de Araxá. Então eles estão fazendo papel de bobo porque querem, o que me leva a crer que aquele ditado que meu pai me dizia, Doutor Jean, ou seja, que filho de lobo, quanto mais cresce, mais bobo, serve para esses prefeitos. Hoje eles vivem da propaganda do governo Zema, assim como prefeitos que andam surfando nessa onda de que Zema é o maior influenciador das

eleições. Aqui na capital e na região metropolitana, a gente está acompanhando o comportamento das prefeitas e dos prefeitos, que andam inclusive se indispondo com a nossa base, com a base de esquerda, para fazer algum gesto para o governador Zema. Eles vão dar com os burros n'água.

Eu estou aqui dizendo nos ditos populares, T'sé, que me ouve, meu grande amigo, a quem eu referencio pela luta de uma vida inteira pela agroecologia e pelo dia de São Francisco. T'sé, saiba que a sua dedicação, o seu acúmulo e a sua sabedoria hoje nos permite fazer as defesas que fazemos com coerência, porque gente como você, companheiro de luta, permitiu-nos ver que era possível fazer a tradução e o testemunho daquilo que São Francisco de Assis fez nos séculos XI e XII. E vou aqui fazendo então essa homenagem pelo dia da agroecologia aos companheiros e às companheiras que entenderam o que é o cuidado com a casa comum, com a agroecologia. Na figura do T'sé, faço esta homenagem do Plenário aos que lutam, aos militantes, àqueles que seguem o testemunho de vida para que o planeta possa ter outro destino: o destino do bem comum, cuja expressão de economia remonta aos princípios desse cuidado.

O papa Francisco evocou esse tema, que vinha de São Francisco, Louvado Sejas, Laudato si, chamando e exortando a humanidade para esse cuidado com os animais. Nós vimos aqui, durante muitos dias, a luta daqueles que falavam que alimento para os animais era coisa de pet, da moda. Hoje eu até desafiei o atual presidente do PSB, o deputado Noraldino, para que ele rendesse homenagens àquele que militou na causa dos animais, que foi São Francisco. Ele deve uma homenagem a São Francisco, porque foi São Francisco que salvou, na Bacia das Almas, e retirou do projeto de lei que aumentou impostos para uma série de produtos, inclusive para as manicures, para quem usa celular. Num acordão que fizeram, tiraram o alimento dos animais dali, parece-me, apenas correspondendo à base daqueles que hoje também lutam pelas causas animais, mas se esquecem de São Francisco. E lutemos para que os que lutam pelos animais lembrem que o ser humano, à sua semelhança, também precisa de alimento e continua passando fome.

É por isso hoje, neste dia de São Francisco, junto com os deputados Doutor Jean e Cristiano, quero lembrar também que os dois mencionaram o grande problema e chaga da humanidade que é a exploração do homem pelo homem por meio da propriedade. Na parte da manhã, a gente debateu, aqui neste Plenário, algumas questões que vieram de um projeto de lei do Tribunal de Justiça para tratar das questões dos cartórios. Como se o direito de propriedade fosse absoluto numa sociedade que teve o direito dos pobres negado, por séculos e séculos, de terem acesso à terra, como foi a Lei de Terras, de 1850. E hoje a gente vê políticos, claro, fazendo defesa dos cartórios, das taxas, dos emolumentos. Uma coisa absurda, porque nós temos, no direito brasileiro, aberrações como essas, que são os cartórios cobrando até do direito de casar, de morrer e de nascer, dinheiro que as pessoas, às vezes, não têm para comer.

Então eu quero também aproveitar a fala do deputado Cristiano e do deputado Doutor Jean, que me diziam que não há coisa mais triste nesta vida que transitar de um lado para outro no território, numa busca desterritorializada por um território, remontando a humanidade de 12 mil anos atrás do nomadismo sobre o território. Mas havia um cuidado em relação a isso. A humanidade aprendeu a ir ao rio buscar apenas o peixe que comia. Esse é o ensinamento dos povos ancestrais.

Com o advento do capitalismo e de suas bases, estão desde a domesticação da agricultura, desde as cercas que foram levantadas. Não sabemos até hoje, Leninha, quem foi mais covarde: o primeiro que levantou a cerca ou aquele que não a derrubou. As bases do capitalismo são, desde a domesticação da agricultura, desde as cercas até os dias de hoje, ou seja, a exploração do homem pelo homem e pelo aluguel.

Por essa razão, hoje, pela manhã, nós pedimos também 1 minuto de silêncio por um grande lutador, que tentou derrubar todas as cercas, que tentou livrar o povo do aluguel, criando a União Nacional por Moradia Popular. Até o seu nome combina com isso, porque é Saulo Manoel. Rendi homenagens... O Cristiano, que o conheceu, e todos que o conheceram sabiam que ali havia uma dedicação de vida. Ele foi a Istambul, na década de 1990, apresentar um projeto no Fórum Urbano Mundial, que retirava daquela área de risco os barracos que se amontoavam naquela região de Ipatinga, que hoje é uma cidade que tem o maior número de moradias

construídas, graças às administrações do PT. E eu quero lembrar do saudoso Chico Ferramenta e também do ex-deputado federal, que, ainda hoje, continua a sua luta. Era amigo do Saulo Manoel, amigo, irmão de tantas lutas que ali puderam também ser vividas.

Nós tivemos o João Magno também à frente da prefeitura, a ex-deputada desta Casa, Cecília Ferramenta, que foi prefeita e, se Deus quiser, vamos ter o retorno do PT, em Ipatinga, para que a gente retome o modo petista de governar.

Eu, que fui técnico social de milhares de moradias na cidade de Ipatinga, onde trabalhei durante anos na Associação Habitacional de Ipatinga, vi o companheiro Saulo Manoel da Silveira ser criminalizado pela Justiça, como se fosse bandido, como se ele carregasse no ombros a culpa de ter tirado milhares de família do aluguel ou da zona de risco da beira-rio. E hoje Saulo Manoel se despediu da vida. Ontem ainda me mandava um áudio agradecendo por ter compartilhado com ele quase 30 anos de luta pela moradia. E foi isso que Saulo buscava fazer em Brasília. Ajudou a construir o programa Minha Casa, Minha Vida; ajudou a construir programas anteriores à lei que criou o Minha Casa, Minha Vida, nos governos Lula, desde o advento, em 2002, com a eleição e depois com a presidenta Dilma, onde 4.300.000 moradias... Multiplique isso vezes quatro, deputado Cristiano, deputado Doutor Jean, deputada Leninha. Por acaso, são os petistas que se encontram no auditório, neste momento; por isso eu os citei. E somos quatro, aquele mesmo número emblemático que disseram e que propagaram, na semana passada, ter sido o motivo... Nós, os quatro deputados, fomos colocados aqui como se tivéssemos nas costas a responsabilidade com o aumento de impostos que Zema mandou para esta Casa.

Com essa história do Saulo Manoel, eu quero lembrar que também a inspiração do Papa Francisco é para nós, hoje, dia de júbilo. Por isso eu quero me lembrar da história do nosso querido São Francisco. É importante que a gente lembre que São Francisco de Assis nasceu em Assis, na Itália, em 1182. Morreu jovem, Doutor Jean, com 44 anos. Morreu no dia 13/10/1226. Dois anos depois, em 1228, foi canonizado pelo papa Gregório IX. Desde 1200, Francisco, carinhosamente chamado de Chico...

Meu pai também era Francisco e tinha vários apelidos: Chiquinho, Chiquita, Chico Barbeiro, Ciquita, Chico Sanfoneiro, Chico da Viola. Por isso, lembro-me do meu pai, que também era Francisco e era um cuidador dos animais.

Francisco viveu a proteção e o carinho com a mãe Terra, nossa casa comum, como nos ensina o outro Francisco, que se inspirou em seu nome e hoje é o nosso papa. É bastante querido por aqueles que têm consciência da vida e odiado por aqueles que têm uma igreja com cheiro de mofo, ensimesmada, onde vivem apenas da moral, fazendo da religião um palanque para que possam propagar *fake news* e mentira. Desde 1200, ele viveu o espírito da agroecologia, da produção orgânica. Talvez, inspirado nele, possamos dizer aqui, hoje, Betão: “Xô, agrotóxico!”. Os nomes “tóxico”, “veneno” e “morte” são os que aqueles que odeiam São Francisco utilizam no alimento que destinam à exportação para matar as pessoas, que, sem dúvida, colocam esse veneno na boca, causando-lhes câncer e morte.

São Francisco é protetor também dos animais. A gente pede que ele nos livre de um animal irracional que tomou conta do governo e vive bajulando os ricos. Livre-nos de Zema, São Francisco! São Francisco, livre-nos de Zema, que queria matar os bichinhos outro dia, enviando um projeto de lei para cá em que dizia ser supérfluo dar comida aos gatos, aos cachorrinhos, aos passarinhos. Todo tipo de ração que alimenta esses bichos, muitos deles abandonados... Muitos tiveram que abandonar os bichos: ou compravam comida para se alimentar ou tratavam dos bichos.

Por fim, deputada Leninha, é também tempo, neste minuto final, de nos inspirarmos na oração de São Francisco: “Fazei-nos instrumentos de justiça e paz. Onde houver ódio, que a gente leve amor, alimento; onde houver ofensa, que a gente leve o perdão”. Se não permitirmos que o diferente possa falar, a democracia haverá de morrer. Perdoando àqueles que ainda não enxergaram o mal que fizeram, a gente pede a São Francisco que livre os viúvos e as viúvas de Bolsonaro deste mal que carregam. Viva São Francisco! Viva a agroecologia! Viva a vida das abelhas! Viva a casa comum! Para que a gente tenha essa consciência, a gente precisa se inspirar na vida de São Francisco. Uma boa tarde.

O deputado Doutor Jean Freire – Muito boa tarde, querida companheira, amiga, presidenta Leninha; companheiros deputados que nos acompanham aqui, do Plenário; servidores desta Casa; e público que nos acompanha pela TV Assembleia.

Hoje eu queria tratar também de Francisco, de Chico, de São Francisco. Como São Francisco sempre prezava pela vida, eu quero aproveitar a vinda a esta tribuna para, antes, em tom de denúncia, falar um pouco sobre a saúde. Eu tenho falado muito, desta tribuna, companheiros deputados, deputada Leninha, sobre a assistência aos pacientes, principalmente aos pacientes, deputado Cristiano, que estão em regiões mais distantes dos grandes centros. Enquanto agora estamos aqui reunidos, nós que temos um plano de saúde da Assembleia Legislativa, que somos assistidos também pelo SUS, temos muitos pacientes internados em hospitais por este estado esperando há um dia, dois dias para uma questão de urgência; há 5, 10, 20 dias. Vocês podem falar: “Isso tudo, Dr. Jean?”. Sim. Há paciente esperando uma vaga há 30 dias. Há paciente esperando vaga há 50 dias para ser tratado. Vou falar de um que está há 68 dias esperando a vaga. Vou falar o nome, a família me autorizou. Tive essa preocupação antes de subir à tribuna, porque é um meio, inclusive, de usarmos para fazer o sistema andar. Estamos neste momento, em várias cidades, principalmente dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri, com pacientes esperando para ser tratados. Talvez, com a mesma patologia, outros tiveram acesso simplesmente por ter o privilégio de morar em um grande centro, por ter o privilégio, talvez, de ser amigo de alguém, de ter uma influência diferente e chegaram a ser assistidos por ter o privilégio de ter dinheiro, por ter o privilégio de ter plano de saúde. Também não é só ter plano de saúde, deputado Cristiano. Tem de ter plano de saúde e estar no grande centro, porque até para os planos de saúde no interior é difícil. Na hora de fazer o plano são ótimos para vender. Na hora de procurar a vaga, na hora do transporte aéreo, aí aparecem mil situações. Quantas vezes não presenciei durante a pandemia os planos de saúde colocando dificuldades para transferir um paciente e logo chegava o Samu, o transporte aéreo do Samu para fazer uma função que deveria ser do plano de saúde pelo paciente também ter acesso ao plano de saúde?

Lembro-me de um caso de um colega médico que estava esperando vaga e a Unimed colocando mil “poréns”. Até quando eles me ligaram e eu falei: “Muito obrigado. O melhor sistema de saúde que conheço, que é o SUS, já fez esse trabalho, já deu a vaga e já está mandando o transporte”. Mas ainda o SUS, que tem essa ousadia de dar saúde pública de qualidade para todos e todas, de unificar a saúde, enfrenta dificuldade. Temos de tentar saber o porquê dessas dificuldades e tentar corrigi-las. O que não pode acontecer é pacientes ficarem dias e dias, meses esperando a vaga.

Esse fato que vou relatar é do paciente Abdias Santos Farias, 60 anos. Ele faz hemodiálise, é da cidade de Pedra Azul, em Itaobim. Ele é de uma comunidade de Pedra Azul. Já tem de andar até Pedra Azul. Tem de ir três vezes por semana fazer tratamento de hemodiálise em Itaobim, mas ele está há 68 dias esperando, procurando vaga por todo este Estado de Minas Gerais para tratar uma infecção na coluna, que já o proibiu de andar, que já não dá capacidade a ele de deambular, de caminhar. E aí? Ele está privado de estar com a família, de ir à cidade dele, de ir à comunidade dele, aonde já ia tão pouco. Hoje está há 68 dias num leito hospitalar.

Alguns gostam de falar que recursos na saúde são gastos. Se não forem bem geridos, são gastos mesmo. Nesse caso, a inoperância, a irresponsabilidade, o maltrato para com a saúde pública de alguns. Aí, sim, é gasto. Faz 68 dias que ele está se alimentando no hospital – já podia estar tratado e estar em sua casa. Faz 68 dias que o acompanhante está no hospital, que aquela vaga naquele hospital podia ser dada a outro. Eu quero usar esta tribuna para pedir à Secretaria Estadual de Saúde, para pedir à liderança, para pedir aos órgãos competentes que tenham um olhar para essa situação, que tenham um olhar para esse caso. Não se trata de passar paciente na frente: faz 68 dias que ele está esperando um tratamento que não se faz lá na região, no hospital de Itaobim.

Eu conheço o hospital. Nesse hospital, eu já fui porteiro, atendente de enfermagem e médico. Com certeza, ele está sendo bem tratado, está recebendo alimentação, que é preparada com carinho e com amor, está tendo uma ótima higienização no quarto, no leito, está tendo banho bem dado, está tendo uma equipe maravilhosa de enfermagem, de colegas médicos, do recepcionista até quem prepara a comida no hospital. Mas o tratamento dele tem que ser feito em outra unidade e, há 68 dias, ele está esperando por isso. Desde o dia 13 de agosto há um cumprimento para um mandato, uma ordem judicial. Ele foi internado no dia 25 de julho, e vamos ver até quando esse paciente ficará e quem será responsabilizado por isso.

Eu quero usar os meus minutos também, deputado Leleco, para falar de Francisco. Eu tive a felicidade de visitar com a minha família a cidade de Assis – eu faço coleção de esculturas de imagens de São Francisco; sou devoto de São Francisco. Por coincidência, no dia em que eu estava chegando a Assis, quem estava chegando também era o deputado Ulysses Gomes, naquele mesmo dia, com a família dele, e nós compartilhamos juntas algumas coisas. Mas eu também sou protetor de animais, eu também sou protetor de animais, e quero pautar que lutar pela causa animal não significa retirar recurso de outra causa, porque isso vale para todas as causas. As crianças devem ser colocadas no orçamento.

Quero aqui aproveitar e agradecer aos deputados que votaram num projeto nosso, em 1º turno, criando a política do sorriso saudável, um projeto de nossa autoria destinado às pessoas idosas que vivem em casas-lares. Os idosos também deve ser colocados no orçamento. Os animais devem ser colocados no orçamento e por várias situações. Primeiro, por eles, porque são seres, para quem tem fé, criados por Deus; seres que merecem. E é bom lembrar que muitos são vetores de algumas doenças, e, quando se trata bem e com dignidade os animais, a gente também diminui recursos que poderiam estar indo para outros usos no SUS. A gente pode diminuir alguns recursos, porque vai haver menos patologias causadas por essas doenças de que os animais são os vetores. Então se trata também de cuidar, de uma maneira geral, dessa causa comum.

O papa Francisco, deputado Leleco, quando ele nos chama, com muita inteligência, a discutir a economia de Francisco e Clara... O papa Francisco nos chama para discutir. O papa Francisco chama os jovens de todo o mundo para discutir. Todos nós temos uma pauta; existe a pauta que é a juventude que vai discutir; existe a pauta da terceira idade; e existe a pauta de tantos outros que vão discutir a questão da economia de Francisco e Clara. Que economia é essa que o papa Francisco nos chama para discutir?

O deputado Luizinho (em aparte) – Obrigado, deputado. Pedi um aparte para registrar – o Leleco já registrou mais cedo – a passagem do nosso amigo, companheiro, amigo de coração, Saulo Manoel, lá de Ipatinga, vereador por quatro mandatos, com o Chico Ferramenta. Ele estava morando lá em Alfenas, nos ajudou muito no movimento da moradia, assim como ajudou todo o Brasil, foi coautor da primeira lei de iniciativa popular do Brasil, que criou o Fundo Nacional de Moradia, com o qual, hoje, muitas e muitas famílias, milhões de famílias, se beneficiaram, se beneficiam e se beneficiarão ainda, cuja lei de iniciativa popular foi conduzida pelo Saulo. Ele foi um grande guerreiro, um grande lutador, e o movimento da moradia perde uma das suas principais lideranças. Nós todos nos sentimos tristes neste momento de passagem do Saulo. Ele estava morando conosco lá em Alfenas, trabalhou conosco na prefeitura, mas infelizmente hoje, por volta das 7 horas da manhã, veio a falecer.

Muito obrigado, Jean.

O deputado Doutor Jean Freire – Muito obrigado, deputado Luizinho.

Então, que economia é essa que o papa Francisco chama de economia de Francisco e Clara? É a economia da solidariedade, é a economia da alegria, é a economia do amor, é a economia que não é contra que alguns ganhem mais que outros, mas que todos e todas tenham a dignidade de ter comida no prato, de ter água, é a economia que pensa na casa comum, nesse ambiente que o papa Francisco nos chama a discutir, que é a casa comum em que vivemos.

Também lembrando de Francisco, quero usar esta tribuna para pedir ao governador do Estado que mande para esta Casa o projeto de lei – eu e a deputada Lohanna já fizemos um autorizativo –, mande para esta Casa o projeto de lei que reajusta o salário, que trata da carreira daqueles que ajudam a cuidar desta Casa comum, que são os servidores e as servidoras do meio ambiente, que parece que, ontem, iniciaram o diálogo sobre o grupo de trabalho, que, desde 2016, espera para ser formado. Este governo atual já desonrou ordem judicial, já desobedeceu, melhor dizendo, ordem judicial para criar o grupo de trabalho e agora o está criando.

Então, eu quero, deputada Leninha, usando este minuto final, chamar a atenção para isto: em cada ponto deste estado, existe um servidor do meio ambiente, existe uma servidora do meio ambiente. E hoje, no Dia de São Francisco de Assis, também é dia de lembrar de vocês que ajudam a cuidar desta Casa comum, para os quais até hoje, desde 2016, o governo do Estado não tem um olhar, não trata o servidor, a servidora do meio ambiente... Parece que só servem para colocar recursos no caixa comum do Estado.

Esse recurso poderia estar sendo utilizado para pagar um salário digno a eles, iria sobrar muito recurso. Se não me engano, eles são a segunda secretaria que mais coloca recursos, a segunda classe que mais coloca recursos no caixa comum do Estado.

Neste Dia de Francisco, mando também um abraço a cada agricultor, a cada agricultora, a cada um que ama a mãe Terra, que pede licença a um rio ao entrar nele, que pede licença a uma árvore quando tem que cortá-la, quando não tem jeito, tem que cortá-la e lhe pede licença. Viva São Francisco! Viva a mãe Terra!

A presidenta – Viva São Francisco! Obrigada, Doutor Jean.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

Abertura de Inscrições

A presidenta – Não havendo outros oradores inscritos, a presidência passa à 2ª Parte da reunião, com a 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo as comunicações da presidência e de deputados e a apreciação de pareceres e de requerimentos. Estão abertas as inscrições para o Grande Expediente da próxima reunião.

Leitura de Comunicações

– A seguir, a presidenta dá ciência da seguinte comunicação:

a Comissão de Segurança Pública informa que, na 21ª Reunião Ordinária, realizada em 3/10/2023, foram aprovados os Requerimentos nºs 3.660 e 3.739/2023, do deputado Sargento Rodrigues, 3.685/2023, da Comissão de Defesa do Consumidor, e 3.818 e 3.819/2023, do deputado Caporezzo (Ciente. Publique-se.).

Despacho de Requerimentos

– A seguir, a presidenta defere, cada um por sua vez, nos termos do inciso VIII do art. 232 do Regimento Interno, o Requerimento nº 3.920/2023, do deputado Lucas Lasmar, em que solicita a retirada de tramitação do Projeto de Lei nº 1.165/2023 (Arquive-se o projeto.); nos termos do inciso XXI do art. 232 do Regimento Interno, o Requerimento nº 326/2023, do deputado Professor Cleiton e outros, em que solicitam a convocação de reunião especial para homenagear o Colégio Santos Anjos, no Município de Varginha, pelo centenário de sua fundação, e o Requerimento nº 3.921/2023, do deputado Mauro Tramonte e outros, em que solicitam a convocação de reunião especial para homenagear a Record TV pelos 70 anos de sua fundação; e, nos termos do inciso XXXII do art. 232 do Regimento Interno, os Requerimentos nºs 3.777 e 3.895/2023, do deputado Eduardo Azevedo, em que solicita, respectivamente, o desarquivamento dos Projetos de Lei nºs 727/2019 e 3.508/2022.

Questões de Ordem

A deputada Macaé Evaristo – Eu só queria, nesta oportunidade, prestar uma homenagem. Hoje, 4 de outubro, é o Dia de São Francisco, assim como o Dia do Agente Comunitário de Saúde e do Agente de Endemias. Quero lembrar que o Programa Saúde da Família é fundamental, pois leva e garante atendimento de saúde no SUS a muitas, a inúmeras, a todas as comunidades neste nosso país. E o agente comunitário de saúde é uma peça fundamental na integração dos serviços. É o agente comunitário de saúde que está, no dia a dia, diretamente, com as crianças, com os adolescentes, com as pessoas idosas. Eles é que fazem essa vinculação com as equipes de saúde da família e são importantíssimos para a prevenção às doenças, mas por um papel fundamental, que é um papel de educação em saúde. Quantas pessoas, hoje, que estão acamadas, que estão nos seus leitos, têm, nessa figura pública – um servidor público, agente comunitário de saúde –, aquele que leva saúde, esperança, uma medicação, uma solução, um carinho, um aconchego? Então queria prestar uma homenagem a todos os agentes comunitários de saúde e agentes de endemia que tanto trabalham pela saúde da nossa população.

O deputado Doutor Jean Freire – Deputada Macaé, não poderia ser em outro dia o Dia do Agente Comunitário de Saúde e Combate às Endemias, que é cuidar. Na verdade, eu fui médico da família. Trabalhar com essa equipe é fantástico! Ele vai à casa. Não tem quem conhece mais a casa e a família, dentro desse sistema do PSF, dentro dessa equipe, do que o agente comunitário de saúde. E eu digo que não poderia ter outro dia porque, no de São Francisco, a gente relata o cuidado desta Casa comum. A gente cuida desta Casa, de cada um e de cada uma. Então parabéns também a cada agente, a cada agente comunitário de saúde! Mas eu queria também relatar, deputada Leninha, que, nesta semana, estive na região de Aimorés, na comemoração dos 25 anos do Instituto Terra. Convido cada mineiro, cada mineira a conhecer o Instituto Terra. Idealizado há 25 anos, esse projeto foi iniciado pelo fotógrafo e ambientalista Sebastião Salgado e por sua esposa, a Lélia. No local onde era uma fazenda de gado totalmente devastada, deputada Macaé, com erosões, eles plantaram mais de 3 milhões de árvores. Eu conheci o Instituto Terra há 17, 18 anos; eu vi parte dessa história crescer; eu vi muitas dessas árvores crescerem; eu presenciei um local onde não descia água passar a descer água. Parabéns ao Instituto Terra, ao Juliano, que hoje está à frente, filho do Sebastião Salgado! Parabéns ao Sebastião Salgado! Parabéns à Lélia, sua esposa! Os dois juntos idealizaram e trazem esse projeto. Parabéns a cada um e a cada uma, aos moradores de Aimorés e de toda região por esse belíssimo trabalho que fazem! Lá, nesse dia, estava presente o governador de Estado. Eu estava ao lado dele, do governador do Estado do Espírito Santo, que estava lá presente, e o parabenizei por estar ali e por investir no Instituto Terra. O governador do Estado de Minas Gerais não estava presente no evento do Instituto Terra. O governador do Estado do Espírito Santo estava lá presente, e eu tive essa oportunidade de estar ao seu lado e de parabenizá-lo por essa pauta que nós temos em comum, nesse caso, o Instituto Terra. Então parabéns! Ele está também levando o Instituto Terra para o Espírito Santo. Eu quero parabenizar cada um e cada uma. E hoje, no dia de São Francisco, eu não poderia deixar de lembrar desse evento, que foi belíssimo. O instituto ajuda jovens que moram lá. Encontrei com jovens do Vale do Jequitinhonha, encontrei com jovens de quilombos que moram lá e fazem especialização. É um centro de formação também. Mando um abraço para a Marilda, que, como eles costumam dizer, é a prefeita do Instituto Terra. Então, um grande abraço a cada um e a cada uma que ajuda a cuidar dessa casa.

Registro de Presença

A presidenta – Obrigada, Doutor Jean. A presidência registra a participação aqui nas galerias de participantes da Câmara Mirim de São Gonçalo do Rio Abaixo. Sejam bem-vindos e bem-vindas a esta Casa. Obrigada pela presença.

Encerramento

A presidenta – A presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a ordinária de amanhã, dia 5, às 14 horas, com a ordem do dia a ser publicada, e para a especial também de amanhã, às 19 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA EM 5/10/2023

Presidência do Deputado Antonio Carlos Arantes

Sumário: Comparecimento – Falta de Quórum.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Antonio Carlos Arantes – Betão – Bim da Ambulância – Bosco – Carlos Henrique – Celinho Sintrocel – Delegado Christiano Xavier – Doutor Jean Freire – Eduardo Azevedo – João Magalhães – Maria Clara Marra – Mário Henrique Caixa – Marli Ribeiro – Thiago Cota – Ulysses Gomes – Zé Guilherme.

Falta de Quórum

O presidente (deputado Antonio Carlos Arantes) – Às 14h13min, a lista de comparecimento não registra a existência de número regimental. A presidência deixa de abrir a reunião por falta de quórum e convoca as deputadas e os deputados para a especial de logo mais, às 19 horas, nos termos do edital de convocação.

ATA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGROPECUÁRIA E AGROINDÚSTRIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 13/9/2023

Às 15h5min, comparecem à reunião os deputados Raul Belém, Coronel Henrique e Dr. Maurício, membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Grego da Fundação. Havendo número regimental, o presidente, deputado Raul Belém, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. Comunica também o recebimento de um ofício do Instituto Mineiro de Agropecuária publicado no *Diário do Legislativo* em 20/7/2023. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 913/2023, em turno único (deputado Coronel Henrique), 3.027/2021, no 2º turno, e 342/2023, no 1º turno (deputado Dr. Maurício), 2.695/2021, no 1º turno (deputada Marli Ribeiro), 3.633/2022, no 1º turno, e 766/2023, no 1º turno (deputado Raul Belém). Sobre a mesa relatório final da reunião do Assembleia Fiscaliza – Prestação de Contas – 1º Ciclo de 2023, realizada em 27/6/2023. A presidência determina o encaminhamento à Mesa da Assembleia, nos termos do art. 9º da Deliberação nº 2.705/2019, e sua publicação. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os seguintes pareceres: pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 3.331/2021 e 766/2023 na forma do Substitutivo nº 1. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 3.960/2023, da deputada Lud Falcão, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Cooperativa Agropecuária do Alto Paranaíba – Coopadap –, por ocasião das comemorações dos 50 anos dessa cooperativa e especialmente pelos relevantes serviços prestados ao desenvolvimento do agronegócio na região do Alto Paranaíba;

nº 3.971/2023, da deputada Maria Clara Marra, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Expocaccer pela conquista do selo de cafeicultura regenerativa para um grupo de cooperados, confirmando a continuidade das práticas que visam a preservação, a proteção e a conservação dos sistemas agrícolas e ecossistemas nos quais o café é cultivado;

nº 4.139/2023, do deputado Raul Belém, em que requer seja encaminhado à delegada Letícia Baptista Gamboge Reis, chefe da Polícia Civil, pedido de providências para a implantação de Delegacia Especializada de Repressão a Crimes Rurais na cidade de Araguari.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 14 de setembro de 2023.

Raul Belém, presidente.

ATA DA 20ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 22/9/2023

Às 9h6min, comparecem à reunião as deputadas Beatriz Cerqueira e Lohanna, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidenta, deputada Beatriz Cerqueira, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento

Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater, em conjunto com a Comissão de Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados, a importância do acompanhamento na implementação do Piso Nacional do Magistério previsto na Lei Federal nº 11.738, de 2008, de modo a contribuir com as atividades que serão desempenhadas pelo grupo de trabalho instituído pela Câmara Federal. A seguir, comunica o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios da Secretaria de Estado de Educação (10/8/2023 (2)), (31/8/2023 (2)), (2/9/2023) e (14/9/2023(8)); do Ministério Público de Minas Gerais (31/8/2023); da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (24/8/2023); da Universidade do Estado de Minas Gerais (14/9/2023 (6)); e da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (7/9/2023). Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende a audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Denise de Paula Romano, coordenadora-geral do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais – Sind-UTE/MG; Luciene Cavalcante, deputada federal; Maria Stela Reis, coordenadora-geral de Valorização dos Profissionais da Educação do Ministério da Educação; e Marta Vanelli, secretária de Formação da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – CNTE; e os Srs. Carlos Giannazi, deputado estadual da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo; Cláudio Couto Terrão, conselheiro ouvidor do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais – TCE-MG; Diego Severino Rossi de Oliveira, economista e coordenador técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – Dieese – no Sind-UTE/MG; Lucas Sachsidá Junqueira Carneiro, promotor de justiça e Integrante do Grupo de Trabalho Interinstitucional Fundef/Fundeb da 1ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal; Rogério Correia, deputado federal; e Rubens Barbosa de Camargo, professor da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. A presidência faz as considerações iniciais e, em seguida, concede a palavra à deputada Lohanna para suas considerações. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 4 de outubro de 2023.

Beatriz Cerqueira, presidenta – Macaé Evaristo – Ione Pinheiro.

ATA DA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 27/9/2023

Às 16h12min, comparecem à reunião a deputada Ione Pinheiro (substituindo o deputado Carlos Henrique, por indicação da liderança do Bloco Minas em Frente) e o deputado Rodrigo Lopes, membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Antonio Carlos Arantes. Havendo número regimental, o presidente, deputado Rodrigo Lopes, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater a queda dos repasses do fundo de participação dos municípios com autoridades e representantes dos municípios. O presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 416/2023, no 1º turno, do qual designou como relator o deputado Carlos Henrique. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. Registra-se a presença dos deputados Cristiano Silveira e Professor Cleiton (substituindo o deputado Leleco Pimentel, por indicação da liderança do BDL). A presidência convida a tomar assento à mesa a Sra. Sandra Fernandes Serrano, secretária Executiva da Associação das Câmaras Municipais de Minas Gerais – Acam –, representando o vereador Paulo Marcos Dolabella Lacerda Campos, da Câmara Municipal de Lagoa Santa; e Luiza Maria Lima Menezes, prefeita municipal de Nepomuceno; e os Srs. Juliano Fisicaro Borges, secretário em exercício da Secretaria de Estado de Governo; Reginaldo Wemerson Alves, presidente da Sigma Tecnologia e Assessoria; Geraldo Donizete de Lima, prefeito municipal de Itaguara; Hely Lembi Ferreira Junior, gestor Fazendário da Secretaria de Estado da Fazenda, representando o secretário; Marcos Vinícius da Silva

Bizarro, presidente da Associação Mineira de Municípios – AMM; e Daniel Maurício Reis, prefeito municipal de Piedade dos Gerais. O presidente, como coautor do requerimento que deu origem ao debate, tece para suas considerações iniciais. Em seguida, passa a palavra para os demais coautores, deputada Ione Pinheiro e deputado Antonio Carlos Arantes. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Passa-se à 2ª Fase da 3ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento e a votação de requerimentos da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 4.417/2023, da deputada Ione Pinheiro e dos deputados Rodrigo Lopes, Professor Cleiton e Antonio Carlos Arantes, em que requerem seja encaminhado ao presidente do Senado Federal, à bancada mineira no Senado e ao senador Eduardo Braga, relator da PEC da Reforma Tributária, pedido de providências para que seja reavaliada a proposta de reforma tributária que pretende criar o Imposto sobre Bens e Serviços, tendo em vista os efeitos deletérios para os municípios do Brasil;

nº 4.418/2023, da deputada Ione Pinheiro e dos deputados Rodrigo Lopes, Professor Cleiton e Antonio Carlos Arantes, em que requerem seja encaminhado ao presidente da República pedido de informações sobre as medidas que o governo federal planeja implementar para estancar as quedas de repasses federais do Fundo de Participação dos Municípios;

nº 4.419/2023, da deputada Ione Pinheiro e dos deputados Rodrigo Lopes, Professor Cleiton e Antonio Carlos Arantes, em que requerem seja encaminhado ao secretário de Estado de Fazenda e ao secretário de Estado de Governo pedido de informações sobre as perdas de arrecadação do ICMS em 2023 em Minas Gerais, bem como sobre as medidas mitigadoras que o Estado planeja para enfrentar esse contexto.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 4 de outubro de 2023.

Cristiano Silveira, presidente – Leleco Pimentel – Elismar Prado.

ATA DA 13ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 28/9/2023

Às 10h39min, comparecem à reunião a deputada Ione Pinheiro e o deputado Noraldino Júnior, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidenta, deputada Ione Pinheiro, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a debater, em audiência pública, as reivindicações dos servidores do Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema – e a reestruturação das carreiras, conforme acordo homologado pelo Poder Judiciário, e a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Regina Márcia Pimenta Assunção, presidenta do Sindicato dos Servidores do Meio Ambiente de Minas Gerais – Sindsema; Ana Carolina Miranda Lopes de Almeida, subsecretária de Tecnologia, Administração e Finanças, representando a secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; Kênya Kreppel Dias Duarte, subsecretária de Gestão de Pessoas da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, representando a secretária; Clara Oyamaguchi Pinheiro de Araújo Moreira, chefe de gabinete do Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam –, representando o diretor-geral; Lígia de Freitas Barbosa, advogada, representando o advogado do Sindicato dos Servidores Públicos do Meio Ambiente no Estado de Minas Gerais; e os Srs. Renato Alves Pereira, superintendente de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas, representando a secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; Renato Teixeira Brandão, presidente da Fundação Estadual de Meio Ambiente – Feam; e Breno Esteves Lasmar, diretor-geral do Instituto Estadual de Florestas – IEF. Registram-se as presenças das deputadas Lohanna e Bella Gonçalves e dos deputados Doutor Jean Freire, Professor Cleiton e Gil Pereira. A presidência concede a palavra aos deputados Noraldino Júnior e Doutor Jean Freire, autores dos requerimentos que deram

origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Passa-se à 2ª Fase da 3ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento e a votação de requerimentos da comissão. São recebidos pela presidência, para posterior apreciação, os seguintes requerimentos:

nº 4.432/2023, do deputado Doutor Jean Freire, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – e à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – pedido de providências para que seja incluído representante da Assembleia Legislativa de Minas Gerais ao grupo de trabalho instituído pela Resolução Conjunta Seplag/Sisema nº 9.584/2016, alterada pela Resolução Conjunta Seplag/Sisema nº 9.586/2016, em cumprimento a decisão judicial relativa ao Processo nº 1.0000.16.050144-1/003;

nº 4.435/2023, das deputadas Ione Pinheiro, Bella Gonçalves e Lohanna e dos deputados Noraldino Júnior e Doutor Jean Freire, em que requerem seja encaminhado à governadoria do Estado e ao Tribunal de Justiça de Minas Gerais – TJMG – pedido de providências para que inclua três deputados, a serem indicados pela Assembleia Legislativa, no grupo de trabalho criado pelo Tribunal de Justiça para atualizar, em 15 dias, a valores de hoje, a proposta de plano de carreira dos servidores do Sisema, acordada em 2016;

nº 4.438/2023, das deputadas Ione Pinheiro e Bella Gonçalves e dos deputados Noraldino Júnior e Doutor Jean Freire, em que requerem seja realizada audiência pública para debater o relatório final do grupo de trabalho criado por determinação do Tribunal de Justiça de Minas Gerais com o objetivo de impor ao Poder Executivo estadual a elaboração e o envio a esta Casa, no prazo de 45 dias, de projeto de lei com vistas a atualizar a proposta de Plano de Carreira dos servidores do Sisema, acordada judicialmente em 2016, no processo de Cumprimento de Sentença nº 0501441-63.2016.8.13.0000, mas ainda não implementada. Requer, ainda, seja a senhora Luísa Cardoso Barreto, secretária de Estado de Planejamento e Gestão, convocada a participar da discussão;

nº 4.452/2023, do deputado Doutor Jean Freire e das deputadas Ione Pinheiro e Bella Gonçalves, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – pedido de providências para a aquisição de equipamentos tecnológicos, fornecimento de uniformes e crachás de identificação e promoção de melhorias das condições de trabalho dos profissionais do Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema – que exercem funções de fiscalização e regularização ambiental;

nº 4.454/2023, do deputado Doutor Jean Freire e das deputadas Ione Pinheiro e Bella Gonçalves, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag –, à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – e à Secretaria de Estado de Governo – Segov – pedido de providências para que encaminhem a esta Casa projeto de lei que disponha sobre a alteração da Lei nº 15.461, de 2005, que institui as carreiras do Grupo de Atividades do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Poder Executivo, a ser elaborado por grupo de trabalho determinado no Cumprimento de Sentença nº 1.0000.16.050144-1/001, do Processo CNJ nº 0501441.63.2016.8.13.0000;

nº 4.455/2023, do deputado Doutor Jean Freire e das deputadas Ione Pinheiro e Bella Gonçalves, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – e à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – pedido de providências para a realização de concurso público para as carreiras dos servidores que compõem o Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema –, notadamente nos cargos relacionados às atribuições de fiscalização ambiental.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 4 de outubro de 2023.

Ione Pinheiro, presidente – Bella Gonçalves – Gustavo Santana.

ATA DA 22ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 28/9/2023

Às 10h43min, comparecem à reunião os deputados Doorgal Andrada, Enes Cândido, Cassio Soares e Rodrigo Lopes, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Doorgal Andrada, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar pareceres de redação final e a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 2.667 e 2.850/2021, 3.443/2022, 78, 311 e 315/2023 (relator designado: deputado Doorgal Andrada). Suspendem-se os trabalhos. Às 13h16min, comparecem à reunião os deputados Doorgal Andrada, Enes Cândido e Adriano Alvarenga e o presidente, deputado Doorgal Andrada, declara reabertos os trabalhos. Após discussão e votação, é aprovado o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 1.295/2023 (relator designado: deputado Doorgal Andrada). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 304/2019 (relator designado: deputado Doorgal Andrada). Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 4 de outubro de 2023.

Doorgal Andrada, presidente – Delegado Christiano Xavier – Vitório Júnior.

ATA DA 10ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 2/10/2023

Às 14h15min, comparece à reunião a deputada Ana Paula Siqueira, membro da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidenta, deputada Ana Paula Siqueira, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater a situação das migrantes e refugiadas em Minas Gerais e de famílias lideradas por mulheres. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Carolina Moulin Aguiar, representante da Cátedra Sérgio Vieira de Mello – CSVN; Jéssica Avelino, analista da proteção do Serviço Jesuíta a Migrantes e Refugiados – SJMR Brasil; e Eliana Milene Pepino, agente de colhida do Serviço Jesuíta a Migrantes e Refugiados – SJMR Brasil –, ambas representando o coordenador; Laura Queslloya, representante do Coletivo de Mulheres Migrantes – Cio da Terra; Alba Maria Barbosa Coura, psicóloga e membro da Comissão de Orientação em Psicologia em Migração, Tráfico de Pessoas e Subjetividade do CRP-MG, representando Suellen Ananda Fraga, presidente do Conselho Regional de Psicologia da 4ª Região; Maíra Cristina Corrêa Fernandes, coordenadora estadual dos Direitos para as Mulheres da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese; Juliana Miranda Rocha, coordenadora de Projetos da Organização Internacional para as Migrações – OIM; Lutiana Valladares Fernandes Barbosa, defensora pública federal; e os Srs. William Torres Laureano da Rosa, representante do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados – Acnur; Alexandre Norberto Canuto Franco, diretor do Departamento de Migrações da Sedese. A presidenta, como autora do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 5 de outubro de 2023.

Ana Paula Siqueira, presidenta.

ATA DA 9ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DE ACOMPANHAMENTO DO ACORDO DE MARIANA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 2/10/2023

Às 16h13min, comparecem à reunião os deputados Ulysses Gomes, Doutor Jean Freire e Carlos Henrique, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Ulysses Gomes, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater, com os Comitês da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, a situação atual da bacia, passados sete anos do rompimento da Barragem de Fundão, e as propostas de ações, visando à reparação destes impactos, do ponto de vista do meio ambiente e da população ribeirinha atingida. A seguir, comunica o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: da Fundação Renova (um ofício em 21/9/2023) e da Advocacia-Geral da União (um ofício em 15/9/2023). Comunica também o recebimento de ofício do Sr. Marcelo Micherif Carneiro, gerente institucional corporativo da Fundação Renova, agradecendo o convite para participar da audiência pública desta comissão convocada para o dia 3/10/2023, às 16 horas, e informando a inviabilidade de comparecimento, devido à impossibilidade de readequação de agendas institucionais previamente agendadas. Registram-se as presenças das deputadas Beatriz Cerqueira, Leninha e Chiara Biondini e do deputado Leleco Pimentel. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência registra a presença das Sras. Sônia Madali Boseja Carolino, presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Piranga – CBH Piranga; e Nádia de Oliveira Rocha, presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Caratinga; e dos Srs. Carlos Eduardo Silva, vice-presidente do CBH Piranga; Flaminio Guerra Guimarães, presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce – CBH Doce; Wilson Guilherme Acacio, coordenador do Fórum Mineiro de Comitês de Bacias Hidrográficas e presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros dos Rios Preto e Paraibuna; André Luis de Paula Marques, diretor-presidente da Entidade Delegatária e Equiparada às Funções de Agência de Água na Bacia Hidrográfica do Rio Doce – Agedoce; Senisi de Almeida Rocha, secretário executivo do Comitê da Bacia Hidrográfica Águas do Rio Manhuaçu – CBH Manhuaçu, representando o presidente; e Benilde Madeira, membro do CBH Manhuaçu. O presidente, na qualidade de autor do requerimento que deu origem ao debate, passa a tecer suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos deputados e convidados presentes, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Passa-se à 2ª Fase da 3ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento e a votação de requerimentos da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 4.549/2023, dos deputados Doutor Jean Freire, Carlos Henrique, Leleco Pimentel e Ulysses Gomes, em que requerem seja encaminhado ao Conselho Nacional de Justiça – CNJ – e ao Tribunal Regional Federal – 6ª Região – TRF6 –, em Belo Horizonte, pedido de providências para que seja analisada a pertinência de os estudos e projetos já previstos nos planos diretores de bacia hidrográfica dos Comitês Mineiros da Bacia do Rio Doce e no Plano Integrado do Comitê Federal do Rio Doce possam ser considerados nas ações de reparação da Bacia do Rio Doce, no âmbito do novo acordo que está sendo repactuado;

nº 4.550/2023, dos deputados Doutor Jean Freire, Carlos Henrique, Leleco Pimentel e Ulysses Gomes, em que requerem seja encaminhado ao presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Santo Antônio, ao presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Piranga, à presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Piracicaba e à presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Manhuaçu pedido de informações consubstanciadas nos planos, planejamentos e programas para a reparação e recuperação da Bacia do Rio Doce, relativamente ao saneamento ambiental e ações de capacitação, formação, pesquisas e avaliações, para serem incorporadas ao relatório final da Comissão Extraordinária do Acordo de Mariana bem como serem remetidas ao Conselho Nacional de Justiça e aos órgãos do governo federal responsáveis pela repactuação;

nº 4.551/2023, dos deputados Doutor Jean Freire, Carlos Henrique, Leleco Pimentel e Ulysses Gomes, em que requerem seja encaminhado à presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, em Governador Valadares, à presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Suaçuí, em Governador Valadares, e ao presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Caratinga, em Inhapim, pedido de informações consubstanciadas nos planos, planejamentos e programas para a reparação e recuperação da Bacia do Rio Doce, relativamente ao saneamento ambiental e ações de capacitação, formação, pesquisas e avaliações para serem incorporadas ao relatório final da Comissão Extraordinária do Acordo de Mariana, bem como para serem remetidas ao Conselho Nacional de Justiça e aos órgãos do governo federal responsáveis pela repactuação.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, desconvoa a reunião de amanhã, dia 3/10/2023, às 16 horas, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 5 de outubro de 2023.

Ulysses Gomes, presidente – Doutor Jean Freire.



EDITAL DE CONVOCAÇÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Administração Pública

Nos termos regimentais, convoco as deputadas Beatriz Cerqueira e Nayara Rocha e os deputados Roberto Andrade, Professor Cleiton, Rodrigo Lopes e Sargento Rodrigues, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 9/10/2023, às 14 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência pública, debater a carreira dos servidores estaduais de saúde e sua valorização.

Sala das Comissões, 5 de outubro de 2023.

Leonídio Bouças, presidente.



CORRESPONDÊNCIA DESPACHADA PELO 1º-SECRETÁRIO

CORRESPONDÊNCIA

– O 1º-secretário despachou, em 5/10/2023, a seguinte correspondência:

OFÍCIOS

Ofício nº 495/2023/GAB-SPA/SPA/MAPA, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, prestando informações relativas ao Requerimento nº 3.376/2023, da Comissão de Agropecuária e Agroindústria. (– Anexe-se ao Requerimento nº 3.376/2023.).

Ofício nº 682/2023/CMSL/PRES, do presidente da Câmara Municipal de Sete Lagoas, encaminhando moção de protesto ao Projeto de Lei nº 1.295/2023, em sua totalidade, mas em especial ao item que denomina “ração tipo pet”, considerado supérfluo. (– Anexe-se ao Projeto de Lei nº 1.295/2023.).

Ofício nº 23.504/2023, do presidente do Conselho Regional de Educação Física em Minas Gerais – 6ª Região – agradecendo convite para participar da Primeira Reunião Preparatória para o Planejamento de Ciclo de Debates – Lei Estadual de Incentivo ao Esporte, em 27 de setembro de 2023.

Ofício nº CCAC/CMT 013/2023, da Câmara Municipal de Taiobeiras, em que solicita a destinação de recursos para aquisição de aparelhos para academias ao ar livre, para atender as Comunidades Mutuca e Gado Bravo. (– À Comissão de Esporte, Lazer e Juventude.).

Ofício nº CCAC/CMT 009/2023, da Câmara Municipal de Taiobeiras, em que solicita a destinação de recursos para aquisição de tendas para eventos, em atendimento a demandas das associações rurais, sendo elas: Comunidade Ilha, Atanásio, Mutuca, Barreiro de Baixo, Barreiro de Cima e Olhos D'água. (– À Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização.).

**ASSEMBLEIA FISCALIZA****RELATÓRIO DE REUNIÃO****Prestação de Informações Sobre a Gestão da Secretaria de Estado de Educação, entre 1º/1/2023 e 31/5/2023, no Âmbito do Primeiro Ciclo do Assembleia Fiscaliza – Prestação de Contas do Governo de 2023****Reunião da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia**

Presidente da Reunião: Beatriz Cerqueira

Data: 21/6/2023

Horário: 9 horas

Local: Auditório José Alencar

I – APRESENTAÇÃO

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia recebeu, em 21/6/2023, Igor de Alvarenga Oliveira Icassati Rojas, secretário de Estado de Educação, que prestou informações sobre a gestão de suas respectivas áreas de competência relativamente ao período de 1º de janeiro a 31 de maio, em atendimento ao art. 54 da Constituição do Estado.

Acesse o vídeo da íntegra da reunião: clique aqui para assistir a reunião. Ou acesse pela programação do Assembleia Fiscaliza no endereço: almg.gov.br/fiscaliza.

II – PRESENCAS

Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia: deputadas Beatriz Cerqueira, Macaé Evaristo, Lohanna, e deputado Betão.

Poder Executivo: Igor de Alvarenga Oliveira Icassati Rojas, secretário de Estado de Educação.

Demais presenças: deputada Andréia de Jesus e deputados Antônio Carlos Arantes, Gil Pereira, Arlen Santiago, Carlos Henrique, Leleco Pimentel, Cássio Soares, Bosco, Ulysses Gomes, Roberto Andrade, Adriano Alvarenga, Caporezzo, Grego da Fundação e Rodrigo Lopes.

III – TEMAS DISCUTIDOS

Nesta edição do Assembleia Fiscaliza, os principais temas discutidos durante a reunião foram os seguintes:

III.a – Valorização dos Profissionais de Educação Básica:

- questionamentos sobre a política remuneratória atual dos profissionais de educação, que está em desacordo com as normas estaduais em vigor ao ignorar o direito ao pagamento do piso salarial do magistério para a jornada semanal de 24 horas;
- possível exclusão de cinco carreiras de profissionais de educação da incidência de reajustes do piso salarial, caso as ações de arguição de inconstitucionalidade impetradas pelo governo do Estado sejam consideradas procedentes;

– necessidade de rever os planos de carreira dos profissionais de educação, de modo a corrigir distorções históricas;

III.b – Universidades Estaduais:

– questionamentos sobre os baixos valores dos vencimentos das carreiras da educação superior e as perdas remuneratórias nas situações de afastamento legal dos servidores da Universidade Estadual de Minas Gerais – Uemg –, situação que afeta os direitos desses servidores em períodos de férias, licenças e outras espécies de afastamento;

– demandas por melhorias estruturais nas universidades, de forma a viabilizar a implantação e funcionamento dos restaurantes universitários;

– insuficiência do valor das bolsas para os estudantes e do número de benefícios destinados à assistência estudantil no âmbito das universidades; demanda por ampliação das ações de permanência nos cursos superiores destinadas à alimentação, moradia e outras necessidades;

– dificuldades para viabilizar os projetos na Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes – em razão da insuficiência de profissionais de engenharia do Estado;

– demanda de ampliação dos cursos da Unimontes, no *campus* de Salinas, de forma a atender as demandas profissionais da região produtora de lítio;

– necessidade de prosseguir com as obras paralisadas do Programa Brasil Profissionalizado, cuja gestão é de responsabilidade da Unimontes;

– demanda de implantação, em sede própria, do *campus* da Uemg em Leopoldina.

III.c – Infraestrutura das Escolas:

– questionamentos sobre os resultados do relatório do Tribunal de Contas do Estado sobre a infraestrutura das escolas públicas de educação básica em Minas Gerais;

– demanda de diagnóstico, por regional, das condições da rede física escolar, especialmente quanto aos recursos de acessibilidade para alunos com deficiência, de modo a avaliar a efetividade dos investimentos do Estado em programas com essa finalidade;

– necessidade de monitoramento das demandas das escolas por melhorias de infraestrutura e do atendimento realizado;

– pedido de esclarecimento quanto à origem das fontes de recursos orçamentários do Programa Mãos à Obra nas Escolas, se parte deles é oriunda de emendas parlamentares e recursos de compensação da Empresa Vale;

– indisponibilidade de água potável em 20 escolas estaduais.

III.d – Segurança nas Escolas:

– cobrança de ampliação dos núcleos de atuação dos profissionais de psicologia e de serviço social na rede estadual de ensino, tendo em vista as limitações impostas pela legislação em relação ao quantitativo mínimo de seis escolas no município para implantação do núcleo;

– questionamentos sobre projetos de lei em tramitação na ALMG que dispõem sobre a prevenção e o combate da violência contra as escolas.

III.e – População Quilombola e Indígena;

– reserva de vagas específicas para professores quilombolas e indígenas no edital do concurso público vigente da Secretaria de Estado de Educação (Edital nº 3/2023);

– previsão de cotas para estudantes quilombolas na Unimontes, em acordo com o art. 3º da Lei nº 22.570, de 2017, que dispõe sobre as políticas de democratização do acesso e de promoção de condições de permanência dos estudantes nas instituições de ensino superior mantidas pelo Estado;

– criação da bolsa-permanência no Estado, nos moldes do programa similar em nível federal, para estudantes quilombolas e indígenas.

III.f – Temas Diversos:

– possibilidade de continuidade das escolas cívico-militares do Estado;

– manutenção e ampliação dos Colégios Tiradentes;

– demanda por ampliação da abrangência do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência – Proerd;

– demanda por melhoria da qualidade da educação em tempo integral, por meio da oferta de atividades de cultura, esporte e lazer;

– questionamentos relativos ao processo de municipalização do ensino fundamental: se foram ofertados cursos de formação para profissionais de educação nas redes municipalizadas e, em caso afirmativo, quais cursos e quantos servidores foram beneficiados; quantos são os servidores cedidos para as redes municipais;

– carência de professores nas áreas de física, química e matemática no Estado e possibilidade de formação docente nas regiões onde é identificado o déficit de profissionais, por meio das universidades estaduais;

– instalação da Superintendência Regional de Ensino de São Sebastião do Paraíso em sede própria.

IV – COMPROMISSOS

Compromissos e Posicionamentos do Executivo
<p>– Planejamento em curso para nomeação de candidatos aprovados no concurso público da Uemg (Edital 1/2021).</p> <p>– Autorização de nomeação de 5 mil candidatos aprovados no último concurso público, desde que haja vaga nas respectivas localidades, e realização de novo concurso que disponibilizará 19 mil vagas.</p> <p>– Os recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb – direcionados ao pagamento de pessoal ultrapassarão 70% do montante em 2023. A Secretaria de Estado de Educação – SEE – deverá promover estudos com vistas a encontrar alternativas para melhorar a remuneração dos profissionais de educação.</p> <p>– Realização de trabalho conjunto com a Reitoria da Uemg para solucionar os problemas de perda remuneratória nas situações de afastamento legal de servidores.</p> <p>– Aprimoramento das relações entre a gestão da SEE e os diretores de escolas, com vistas a fornecer as orientações e auxílios necessários à gestão escolar.</p> <p>– Questionado sobre se há destinação de recursos de emenda parlamentar ou de acordo de desastres ambientais para melhoria de infraestrutura das escolas, o secretário afirmou que os recursos para manutenção e custeio das escolas contam apenas com fontes de recursos originalmente direcionadas à educação¹.</p> <p>– Não é possível atualmente ampliar os Núcleos de Acolhimento Educacional, uma vez que não há cargos suficientes de psicólogo e assistente social criados em lei. O secretário ponderou, entretanto, que os atendimentos não são individualizados e que, quando surge uma situação que demanda essa modalidade de atendimento, o caso é devidamente encaminhado.</p> <p>– O secretário esclareceu que foi efetuado reajuste de 25% no valor dos auxílios de assistência estudantil e que a Unimontes já conta com restaurante universitário. Será verificada a viabilidade de implantação de restaurante universitário também na Uemg;</p> <p>– Os cursos de formação para os servidores das escolas municipalizadas ainda serão ofertados.</p> <p>– Deverá ser ampliado o quadro de engenheiros para atender às demandas das instituições de ensino.</p> <p>– O Programa Mãos à Obra nas Escolas deverá viabilizar a melhoria da educação de tempo integral, ao promover as condições físicas adequadas para a oferta de conteúdos diversificados.</p>

- Os procedimentos para a instalação da SRE de São Sebastião do Paraíso em sede própria já estão em andamento.
- O secretário comprometeu-se a buscar respostas quanto à perda de remuneração dos servidores da Uemg em períodos de licença.
- Nas 20 escolas onde não há acesso à água potável está sendo providenciada a aquisição de filtros, até a resolução definitiva do problema, que já está em planejamento.
- A carência de professores pode ser identificada no sistema da SEE e o problema pode ser solucionado com a oferta de segunda licenciatura.

IV – ENCAMINHAMENTOS PARLAMENTARES

Encaminhamentos dos Parlamentares – Requerimentos

- [RQN 2.786/2023](#) – Pedido de providências à Universidade do Estado de Minas Gerais – Uemg – para que seja viabilizada uma nova sede para abrigar a Unidade Acadêmica da Universidade no Município de Leopoldina.
- [RQN 2.787/2023](#) – Pedido de providências à Universidade do Estado de Minas Gerais para a implantação de uma unidade acadêmica da universidade no Município de Araxá.
- [RQN 2.788/2023](#) – Pedido de providências à Secretaria de Estado de Educação e à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão para que as atividades de perícia médica e saúde ocupacional para atendimento dos profissionais de educação sejam executadas de forma descentralizada, por meio da ampliação das unidades periciais no Estado ou de parceria com as prefeituras municipais.
- [RQN 2.789/2023](#) – Pedido de providências à Universidade do Estado de Minas Gerais – Uemg – e à Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes – para que seja criado programa destinado à concessão de bolsas de permanência a estudantes indígenas e quilombolas matriculados nas respectivas universidades, com o objetivo de minimizar as desigualdades étnico-raciais e contribuir para a permanência e diplomação desses estudantes.
- [RQN 2.790/2023](#) – Pedido de providências à Universidade do Estado de Minas Gerais – Uemg – e à Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes – para aumentar o número de beneficiários e o valor dos auxílios do Programa de Assistência Estudantil – Peacs.
- [RQN 2.791/2023](#) – Pedido de informações ao secretário de Estado de Educação sobre as propostas e medidas de valorização da carreira dos profissionais da educação básica da rede estadual de ensino a partir de 2023.
- [RQN 2.792/2023](#) – Pedido de informações aos reitores da Universidade do Estado de Minas Gerais – Uemg – e da Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes – sobre o número de estudantes indígenas e quilombolas atendidos no âmbito do Programa de Assistência Estudantil.
- [RQN 2.793/2023](#) – Pedido de informações ao secretário de Estado de Educação sobre o diagnóstico de infraestrutura e mobiliário escolar da rede estadual de ensino, abrangendo os seguintes aspectos: situação da estrutura predial, mobiliário, equipamentos, recursos de acessibilidade para pessoas com deficiência, acesso à energia elétrica, ao abastecimento de água tratada e ao esgotamento sanitário, coleta seletiva, bibliotecas ou salas de leitura, espaços para a prática esportiva, laboratórios de ciências, conectividade e acesso a recursos de informática.
- [RQN 2.794/2023](#) – Pedido de informações ao secretário de Estado de Educação sobre as ações desenvolvidas para implementar e monitorar o ensino da história e das culturas afro-brasileira e indígena nas escolas da rede estadual de ensino, conforme preconiza a Lei nº 23.197, de 26/12/2018, que institui o Plano Estadual de Educação.
- [RQN 2.795/2023](#) – Pedido de providências à Universidade do Estado de Minas Gerais – Uemg –, à Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes – e à Secretaria de Estado de Educação para que sejam implementadas medidas de valorização e fortalecimento da Uemg e da Unimontes, bem como para melhoria na remuneração e carreira de seus professores.
- [RQN 2.796/2023](#) – Pedido de providências à Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes – para que nos processos seletivos para ingresso nos cursos superiores de graduação da universidade sejam destinadas vagas específicas para candidatos que pertençam a comunidades quilombolas.
- [RQN 2.797/2023](#) – Pedido de informações ao secretário de Estado de Educação sobre a existência e o valor de recursos oriundos de emendas parlamentares direcionados ao projeto Mãos à Obra.
- [RQN 2.798/2023](#) – Pedido de informações ao secretário de Estado de Educação sobre os valores oriundos dos acordos firmados entre o Estado de Minas Gerais e a Vale/Samarco investidos na Uemg.
- [RQN 2.799/2023](#) – Pedido de informações ao secretário de Estado de Educação sobre a existência e o valor de recursos oriundos do acordo firmado entre o Estado de Minas Gerais e a Vale do Rio Doce direcionados ao projeto Mãos Dadas.
- [RQN 2.800/2023](#) – Pedido de providências à Secretaria de Estado de Educação – SEE – para que proceda à revisão do art. 7º da Resolução SEE nº 4.701/2022, para permitir a implantação de Núcleo de Atuação dos Profissionais de Psicologia e Serviço Social – NAE – em todos os municípios que tenham escolas estaduais.
- [RQN 2.801/2023](#) – Pedido de providências à Secretaria de Estado de Educação – SEE – com vistas a verificar o impacto financeiro da criação e manutenção de restaurante universitário na Universidade do Estado de Minas Gerais – Uemg.
- [RQN 2.669/2023](#) – Pedido de providências à Secretaria de Estado de Educação – SEE – para que sejam feitos mais investimentos no programa Patrulha Escolar e no Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência – Proerd.
- [RQN 2.668/2023](#) – Pedido de providências à Secretaria de Estado de Educação – SEE – para que sejam disponibilizados aparelhos de climatização em todas as escolas da rede estadual de ensino com o objetivo de oferecer conforto térmico aos estudantes dentro das salas de aula.

Belo Horizonte, 9 de agosto de 2023.

Beatriz Cerqueira, presidente da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia.

¹ Consta da Lei Orçamentária Anual – 2023 a utilização das seguintes fontes de recursos, com os respectivos valores, para o programa Mãos à Obra:

Fonte 3 – Transferências do FNDE vinculadas à educação – emendas individuais: R\$30.100.000,00

Fonte 4 – Transferências do FNDE vinculadas à educação – emendas de bancada: R\$26.100.000,00

Fonte 10 – Recursos ordinários – recursos não vinculados de impostos: R\$79.449.057,00

Fonte 13 – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação básica – Fundeb – regularização de exercícios anteriores: R\$150.000,00

Fonte 21 – Cota Estadual do Salário Educação – QESE: R\$132.642.850,00

Fonte 36 – Transferências do FNDE vinculados à educação – exceto emendas individuais e de bancada: R\$742.970.200,00

Fonte 60 – Recursos diretamente arrecadados: R\$50.000,00

Fonte 70 – Convênios com os municípios: R\$50.000,00

Fonte 95 – Recursos recebidos por danos advindos de desastres socioambientais: R\$6.924.996,00.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATO DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 2/10/2023, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou o seguinte ato, relativo ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando Paula Santos Bitencourt, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete de Vice-Liderança do Governo, vice-líder deputado Bruno Engler.



ERRATAS

ATA DA 65ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 3/10/2023

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 5/10/2023, na pág. 43, sob o título “Requerimentos”, no resumo do Requerimento nº 3.899/2023, onde se lê:

“do deputado Betinho Pinto Coelho e outros”, leia-se:

“do deputado Gil Pereira e outros”.

ATA DA 65ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 3/10/2023

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 5/10/2023, na pág. 43, sob o título “Requerimentos”, no resumo do Requerimento nº 3.900/2023, onde se lê:

“do deputado Betinho Pinto Coelho e outros”, leia-se:

“do deputado Gil Pereira e outros”.